

A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Ano 74 - nº 182 - 12 de novembro 1999 - R\$ 1,00



O Brasil protesta exigindo trabalho e soberania nacional

Mais de 1,5 milhão de pessoas participaram das atividades do Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Emprego e do Brasil, 10 de novembro, em várias capitais e cidades do país. "Atingimos o objetivo", afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.

Agências da Caixa Econômica e Banco do Brasil ficaram fechadas em vários Estados e

os sem-terra liberaram os pedágios nas estradas. Em São Paulo, metroviários e condutores, liderados pela Corrente Sindical Classista, pararam os transportes públicos. Foram feitas paralisações em fábricas do ABC e os caras-pintadas voltaram às ruas – cerca de 400 manifestantes da USP interditaram a entrada principal da universidade. A paralisação dos fiscais no Aeroporto de Cubica foi quase total. Em Sorocaba, motoristas pararam os coletivos no acesso do parque industrial, causando atrasos na entrada das fábricas.

A capital do Rio Grande do Sul ficou sem metrô, ônibus e trens e teve passeata de professores. Calcula-se que 200 mil trabalhadores gaúchos cruzaram os braços. Em Canoas, os petroleiros bloquearam avenidas. No pólo petroquímico de Camaçari/BA houve manifestação e os petroleiros da Baixada Santista/SP paralisaram o trabalho e marcaram greve para o dia 15. Em Belo Horizonte, trabalhadores queimaram um boneco que representava o presidente Fernando Henrique Cardoso. Em Brasília, a principal manifestação ocorreu em frente à rodoviária. Em São Luís o dia amanheceu com apenas 30% da frota de ônibus em operação, comércio e agências bancárias fechadas.

Por cerca de uma hora, os funcionários do TRE-MA pararam suas atividades. As escolas públicas de Salvador suspenderam as aulas, o que também aconteceu na Universidade Federal da Bahia. Houve passeata pelo centro da capital, organizada pelo Sindicato dos Bancários, liderado pela CSC.

Em Recife, os funcionários das 27 agências da Caixa Econômica Federal suspenderam por algumas horas o atendimento. Servidores federais da Saúde também protestaram. No Rio a paralisação alcançou cerca de 400 escolas públicas, 21 instituições na área da saúde, 16 unidades do serviço público federal e cinco agências bancárias (Veja quadro das mobilizações na pág.2).

Um dia antes dos protestos, a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou rompimento de relações com o governo federal e comunicou seu ingresso nas fileiras da oposição.

Menosprezando as manifestações populares, o presidente Fernando Henrique Cardoso mandou a sua assessoria afirmar que sequer tomou conhecimento de qualquer protesto. Ao mesmo tempo, fez jogo de cena apresentando-se como o justiceiro que vai combater o narcotráfico.

Leia na página 3

Editorial

Muro de Berlim não foi criação do socialismo

Com grande alarido, os meios de comunicação festejaram os 10 anos da derrubada do Muro de Berlim. Na cidade alemã, anti-comunistas de expressão mundial, que estavam no poder à época, como o ex-presidente dos Estados Unidos, George Bush; o ex-dirigente da União Soviética, Mikhail Gorbachev; e o ex-chanceler da Alemanha, Helmut Kohl, reuniram-se dia 8 de novembro para celebrar a data.

O episódio é tratado como um marco do "fim do socialismo". Nada mais enganador. Em primeiro lugar, porque o socialismo continua sendo o grande objetivo da classe operária e dos povos progressistas – e continua em vigor na China, por exemplo, que comemorou há pouco 50 anos de sua revolução. Mas não apenas por isso. Na verdade, o Muro de Berlim não foi criação do socialismo. Ele foi criado no período em que a contra-revolução já havia golpeado o socialismo na União Soviética, que seguia a orientação política de segregação ditada por Nikita Krushev.

Após a derrota dos nazistas de Hitler pelas tropas soviéticas e aliadas, em 1945, a Alemanha ficou dividida, passando a viver com dois sistemas políticos. Na parte leste passou a vigorar um regime de democracia popular. Um regime de progresso, que obteve enormes êxitos econômicos, tecnológicos, culturais e políticos. A parte oeste ficou

sob o domínio de tropas norte-americanas e seus aliados. A República Democrática Alemã – era assim que se denominava a parte leste do país – integrava o campo socialista, liderado pela União Soviética.

Porém, após a morte de Stálin, em 1953, na União Soviética um grupo revisionista golpeou o Partido Comunista e o Estado. Os partidários de Nikita Krushev assaltaram o poder e adotaram uma nova política nacional e internacional, de negação do socialismo. Em vários países do Leste europeu os aliados de Krushev foram instalados no poder. Isso ocorreu também na Alemanha, onde um governo dócil aos ditames krushevistas foi constituído. Nesse processo, em disputa com a parte oeste do país, foi erguido o Muro de Berlim, a partir de 1961.

Nós, os comunistas, nunca defendemos a existência desse muro, que não é criação do socialismo. Aqui no Brasil, em fevereiro de 1962, os revolucionários marxistas reorganizaram o Partido Comunista do Brasil justamente em contraposição aos que trilham o caminho ditado por Nikita Krushev. E denunciámos, desde então, a mudança de rumo, a falta de orientação socialista da URSS e de seus países satélites. Denunciámos, também, a política de Gorbachev, quando este assumiu o poder em Moscou. Demonstramos que a orientação por ele adotada, chamada de

perestroika e glasnost, era abertamente anticomunista.

Tanto tínhamos razão que, agora, Gorbachev brinda com os representantes da reação mundial o que eles classificam de "fim do socialismo". É bom repetir: o Muro de Berlim, erguido por Krushev e derrubado por Bush, Kohl e Gorbachev, não é e nunca foi obra do socialismo.

E o que festejam estes anticomunistas? Passados 10 anos da queda do Muro, a situação da parte leste da Alemanha é terrível, com a exploração dos trabalhadores, o desemprego, desmonte dos benefícios sociais alcançados durante o período da democracia popular, dificuldades sem conta para a população. Registra-se entre os alemães do leste o que tem sido chamado de "Ostalgie" – uma nostalgia do período de progresso vivido durante a democracia popular.

Em resposta a essa situação de dificuldades, o povo alemão tem se manifestado até mesmo por meio dos resultados eleitorais, sufragando os que criticam o capitalismo e defendem a construção de uma nova sociedade, como a preconizada pelos dois grandes alemães do século passado, Marx e Engels, fundadores do socialismo científico.

O socialismo não morreu. Será o futuro luminoso da Humanidade.

Leia mais sobre os 10 anos da queda do Muro de Berlim na página 9

Oposição lança movimento cívico em defesa do Brasil

Partidos políticos, entidades populares e democráticas e personalidades divulgam, dia 18, um manifesto em defesa do Brasil, do trabalho e da democracia. Em

torno desse manifesto está se formando um grande e expressivo movimento cívico.

Veja na última página

Arruda, combatente comunista

No próximo dia 26 o revolucionário brasileiro Diógenes Arruda será homenageado com um ato promovido pelo PCdB e o Instituto Maurício Grabois, em São Paulo (rua Condessa de São Joaquim, 272, Bela Vista, capital). Falecido em 25 de novembro de 1979, Arruda foi sepultado com a bandeira vermelha do Partido Comunista. Seus atos estão sendo organizados em sua homenagem, como em Recife (PE).



comunita a vida inteira
DIÓGENES ARRUDA
—Presente!

viando o tráfego e, nele, a bandeira vermelha da foice e do martelo foi reapresentada à população nativa e república. Registros de Diógenes Arruda estão sendo organizados em sua homenagem, como em Recife (PE).

Página 3

A mobilização do dia 10 de novembro

Estado	Destaque para as principais categorias que paralisaram	Balanco feito pela CUT das atividades realizadas
AP	Urbanitários (parcial) Funcionalismo Público (parcial) Educação (parcial)	Realização de manifestação durante a manhã, com carro de som e ato-show às 16h00 na Praça da Bandeira, com a participação de cerca de mil pessoas.
AM	Universidade Federal (parcial) Escola Agrotécnica e Escola Técnica (parcial)	Carreata com cerca de 80 carros, percorrendo as ruas principais do centro de Manaus, com parada na Praça do Congresso, onde foi entregue documento com propostas nacionais ao presidente da Assembléia Legislativa, tendo a participação de cerca de 1.500 pessoas.
AL	Condutores até 07h00 (a partir das 03h30h, houve concentração nas portas de garagens, ocorrendo conflito com a polícia e quebra de vários ônibus) BB (parcial)	Concentração, a partir das 08h00, na Assembléia Legislativa, com realização de arrastão e fechamento de lojas, queima de pneus, fechando as ruas, tendo a participação de cerca de 2.000 pessoas. Realização de novo arrastão, a partir das 14h00, no centro comercial, na tentativa de paralisar os ônibus. Ato público na Praça da Assembléia Legislativa às 16h00.
BA		Manifestação às 10h00. Bloqueio da BR RIO-BA (acesso ao Pólo Petroquímico) Bloqueio da Rodovia do Shopping Iguatemi Bloqueio da entrada da Cidade Baixa 15h00 - Juizes Federais Arrastão no centro da cidade às 16h00.
CE	Construção Civil (parcial) Funcionalismo Público Estadual (parcial) Universidade Federal (80% paralisados) Educação (parcial - pequena) Estudante (bem significativa) CEF (até 12h00)	Manifestação, precedida de concentração e passeata, na Praça José de Alencar, a partir das 15h00, contou com o envolvimento de 6.000 pessoas. Os garis, demitidos pelo prefeito de Fortaleza, se encontram acampados no Pátio da Prefeitura, engrossaram as manifestações. Realização de ato-show, às 14h00 dos Estudantes da Universidade Federal, contando com a participação de mil pessoas.
DF	Professores (parcial) Servidores da Administração Direta (parcial)	Ato público às 11h00, na Praça do Buriti, seguida de passeata até a Rodoviária do Plano Piloto, contando com a participação de cerca de mil pessoas.
GO	Educação Pública Funcionalismo Público Federal (parcial)	Ato, às 08h30, com a participação de 5 mil pessoas.
ES	Educação (total e parcial) Funcionalismo Público (parcial)	Passeata na Grande Vitória e municípios do interior a partir das 07h00, com previsão de chegada no Centro às 12h00, onde haverá ato público na Praça Oito.
MA	Rodoviários (parcial até as 14h00, com piquete) CEF e BB Educação (total)	Realização de ato público com entidades sindicais e representantes de partidos políticos com a participação de cerca de 5 mil pessoas, na Praça Deodoro. Às 11h00, cerca de 70% das atividades econômicas encontravam-se paralisadas.
MT	Escola Técnica Federal (total) Universidade Federal (total) Professores da Rede Municipal (total)	Trabalhadores rurais fizeram ocupação do INCRA. Concentração na Praça da República, com passeata pelo centro de Cuiabá, tendo a participação de cerca de mil pessoas. Realização de atividades no interior do Estado: Cáceres e Rondonópolis.
MS	Administrativos da Univ. Federal (parcial) Servidores da FNS (parcial) CEF e BB de Dourados (parcial)	Ato público, às 10h00, em Campina Grande, com a participação de cerca de mil pessoas. Em seguida, caminhada até o INSS. Ocupação simbólica, às 12h30 do prédio do INSS. Houve manifestações em Dourados, Rio Brilhante e Corumbá.
MG	Montadoras (1 hora) Banespa da João Pinheiro (por 1 hora) CEF Tupinambá Barreiro (1 hora) Educação Municipal (total) Instituto do Patrimônio Histórico/ Universidade Federal de Ouro Preto	Fechamento da BR 262, em Betim, das 06h30 às 07h00, com a participação de 300 pessoas e realização de ato público em frente a Câmara Municipal. Panfletagem na Usiminas e no comércio de Ipatinga, com realização de ato público às 16h00. Ato público, em Uberlândia, às 14h00, em frente a UFA. Manifestação na Thonson (metalúrgica), havendo agressão policial. Assembléia dos professores às 13h00 e passeata até o PHB, seguida de manifestação às 15h00 e passeata até a Praça Sete. Panfletagem em Coronel Fabriciano, Congonhas, Ouro Preto.
PA	Professores (parcial) Funcionalismo Público Federal (parcial)	Ato público, às 08h00, na Praça do Operário, com passeata rumo à Praça da República, com parada no Pátio da Rede Cias Elétricas do PA (que foi privatizada).
PR	Central de Transportes Coletivos (manhã) Banespa (até 12h00) CEF (total - 18 agências) Educação (parcial); Petroleiros (parcial) Estudantes (parcial); Funcionalismo Público da Universidade Federal (parcial)	Realização de reunião desde as 07h00 e realização de ato público em frente ao Ministério da Fazenda e Banco Central. Em seguida realizaram ato público na Praça Carlos Gomes, passando pelo Fórum e na Boca Maldita, encerrando com passeata com caminhões de som na rua das Flores, onde fizeram panfletagem. Contaram com a participação de cerca de 1.500 pessoas.
PB	Escola Técnica Federal (total) Universidade Federal da PB (total) Servidores e Docentes (total) Trabalhadores do IBAMA (total) Servidores do Ministério da Fazenda (total) Educação estadual (total) Servidores do INCRA (total) Servidores do Departamento de Obras contra a Seca (total) Servidores da Fundação Nacional de Saúde (total) Servidores da CONAB e Previdenciários (total)	Bloqueio da BR 230 e 101, a partir das 09h00 (por uma hora). Manifestação, às 12h00, no ponto dos Cem Réis, com a participação de cerca de 8.000 pessoas. Campina Grande: Paralisação da BR 230 por 1 hora. Ato público, em Campina Grande, com a participação de 1.500 pessoas. Ato público, em Areia com a participação de 1.200 pessoas. Ato público em Barra de Santa Rosa, às 17h00. Participação massiva da população, no plebiscito, na Praça da Bandeira, onde se reuniram reunidos cerca de 3.000 manifestantes.
PE	Previdenciários (total) Educação Estadual (total) e CEF (total) Construção Civil e Metalúrgicos (parcial) Servidores Públicos Estaduais (parcial) Servidores Públicos de Jaboatão (parcial)	Fechamento, por uma hora, da BR 101, organizada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia. Houve fechamento de Rodovia, organizada pelo MST. Concentração, às 14h00 em frente a CELPE, com realização de passeata pelo centro de Recife, encerrando com manifestações na Av. Guararapes, com faixas e balões de gás.
PI	Transporte (parcial, com piquete) Bancários (1 hora) Comércio (parcial)	Concentração em frente a Prefeitura e manifestação no centro de Teresina, com realização de ato público, às 17h00, em frente ao Palácio do governo. Realização de arrastão no comércio.
RJ	CEF e BB (até 11h00) UERJ e UFRJ Funcionalismo Federal (parcial) Educação pública (parcial) Metalúrgicos da White Martins (parcial) e d Ebse das 12h às 14h Petroleiros (parcial)	Passeata as 17 h, com mais de 1000 pessoas, em baixo de forte chuva
RN	Educação Estadual e Educação Federal (total) Educação Municipal (total) e BB (por uma hora) Funcionalismo Público Estadual (parcial) Urbanitários (Cia de água e esgoto) (total) Saúde (parcial) Transportes (parcial)	Caminhada de manhã, pelo centro comercial, no bairro do Alecrim. Realização de manifestações durante todo o dia nas maiores cidades do interior (Mossoró, Caicó, Açu e Currais Novos). Em Natal, realização de almoço político na Praça Tamarandé. A tarde, caminhada, com arrastão pelo centro e concentração, com realização de ato político e cultural, às 17h00 no calçadão da Rua João Pessoa.
RO	Funcionalismo Público Federal (parcial) Educação (parcial) e Transporte (parcial)	Ato público, às 10h00, com a participação de cerca de 2.000 pessoas, na Praça das Caixas d'água. Ato público, com "Abraço ao BB", contra as privatizações, a partir das 13h00.
RS	Transporte Capital (até 10h00) e na Região Metropolitana (entre 08h00 e 09h00) Petroleiros (total) Metroviários (total) Universidades Federais Educação Estadual Prevista: agências do INSS (luta pela previdência) e do BB	Ocorreram várias manifestações nas vinte cidades pólos com paralisação de transporte pela manhã, trancaço e liberação dos pedágios e panfletagem. Realização de manifestação no centro, precedida de concentração, contando com a participação de cerca de duas mil pessoas, às 12h00. Previsto realização de ato de encerramento ao final da tarde.
SC		Realização de passeata pela manhã, com a participação de cerca de 2 mil pessoas. Bloqueio da BR por algumas horas Realização de atos em várias regiões.
TO	Educação (parcial) Funcionalismo público (saúde e INCRA) (parcial)	Manifestação no Estado durante todo o dia, com todas as categorias envolvidas, inclusive rurais. Manifestação em Palmas, às 11h00, em frente ao BB, com acampamento, panfletagem e terminando às 16h00. Participaram cerca de 5 mil pessoas.
SP	Capital	Manifestação e paralisação na USP, com participação de aproximadamente mil pessoas e passeata. Paralisação dos Condutores e Metroviários até às 7 horas. Paralisação e manifestação dos bancários na Praça do Patriarca e Praça Antônio Prado. 7000 bancários parados até o meio dia. Paralisação no Hospital Darci Vargas (Morumbi) 12h00min - manifestação no Museu Lasar Segall 12h00min às 13h30min - manifestação TRT (Av. Rio Branco). Ato público as 17h, na Praça da República, com cerca de 1000 pessoas.

PCdoB

Estruturação Partidária: intensificar o controle

RENATO RABELO*

O Comitê Central, através do Secretariado Nacional do Partido, realizou três reuniões regionais com objetivo de passar em revista o atual estágio de aplicação dos planos estaduais de estruturação partidária. Estes encontros aconteceram nas cidades de Recife (PE) com os Estados do Nordeste, em Belém (PA) com os Estados do Norte e em São Paulo, com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, totalizando 20 Estados. Nestas reuniões achamos de fundamental importância, neste momento, alertar para a intensificação do controle a fim de não deixar cair o ritmo de aplicação destes planos. **Os Comitês Estaduais e suas Comissões Políticas são diretamente responsáveis, em última instância, pelo bom êxito da execução dos Planos.** Estes têm como característica essencial a estruturação de forma integrada das quatro frentes mais diretamente vinculadas à construção partidária – a propaganda, as finanças, a formação e a organização – e que sua aplicação deve avançar harmoniosamente.

Assim, **deve-se colocar no centro das atividades das direções estaduais tanto o controle periódico dos Planos de Estruturação Partidária, quanto nossa intervenção política** referente aos enfrentamentos com o governo FHC e sua política neoliberal, além da discussão sobre nosso projeto eleitoral. De forma dialética um está entrelaçado ao outro. O principal objetivo dos Planos atuais, que servirá de termômetro para avaliarmos se obtivemos êxito, é o de consolidar e ampliar as direções intermediárias do Partido, ou seja, os nossos Comitês Municipais e Distritais, que somam em todo o país quase 6 mil dirigentes. Muitos destes dirigentes intermediários têm pouca experiência de direção ou de formação partidária. Para atender este objetivo de controle e aplicação faz-se necessário realizar reuniões periódicas de avaliação nas Comissões Políticas dos Comitês Estaduais. Os Comitês Estaduais devem reunir-se com os Comitês das capitais, onde houver, e convocar os principais dirigentes intermediários de cada Comitê Municipal, de determinada região, para reuniões em cidades-pólo, ativos de organização, entre outras.

Em todo o país o ponto mais débil dos Planos de Estruturação está localizado ainda no pouco número de contribuintes pelo sistema nacional de finanças. Sabemos que todo membro do Partido deve se integrar a esta forma de contribuição pois ela é universal, ou seja, é a única contribuição que não pode deixar de ser cumprida por nenhum militante. Portanto, é necessário avançar na tomada de medidas concretas, fazendo com que todos os filiados entrem para o sistema nacional e, ao mesmo tempo, unificar o conjunto dos contribuintes atualmente existentes nos municípios no sistema nacional de contribuição militante do PCdoB.

Finalmente, como ficou estabelecido anteriormente, realizaremos em dezembro um balanço nacional dos objetivos alcançados com esta primeira e pioneira experiência de planos integrados. **É preciso que os CEs enviem um relatório até o dia 06 de dezembro, contendo avaliação mais aprofundada dos planos desde o início de sua implantação até o final desta segunda fase.**

*vice-presidente do PCdoB

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Edição:** Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) **Edição em HTML:** Gabriela Mendonça. **Editores Eletrônicos:** Sandra Luiz Alves. **Administração:** Francyrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da *Empresa Jornalística A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 __ 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

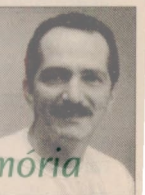
Cidadão de Maceió

A Câmara Municipal de Maceió, por iniciativa do vereador Eduardo Bomfim (PCdoB), concedeu unanimemente o título de cidadão honorário da capital a Aldo Rebelo, deputado federal do PCdoB/SP, no dia 19 de outubro.

Nascido na cidade de Várzea, Alagoas, Aldo "morou, viveu e lutou" em Maceió quando iniciou seus estudos universitários. Além de lecionar, trabalhou no *Jornal*

de Alagoas, foi líder estudantil e destacou-se como dirigente partidário.

O deputado agradeceu e emocionado diante da plateia que lotou a Câmara, disse Aldo Rebelo de seu orgulho de ser viçosenense, bem assim da satisfação e responsabilidade de se tornar cidadão de Maceió.



NACIONAL

As mãos sujas de FHC

LUIZ CARLOS ANTERO

Desmoralizado diante da nação como um presidente pusilânime, entreguista, submisso aos agiotas, anti-povo e sem autoridade, Fernando Henrique Cardoso pega carona na CPI do Narcotráfico – em curso na Câmara dos Deputados – para realizar mais uma manobra diversionista destinada a iludir a população. Numa ação contra a impunidade limitada ao “baixo clero” e aos menores bolsões do crime organizado e do narcotráfico no país, FHC diz que pretende desencadear uma verdadeira operação “mãos limpas” no país, no momento em que a Polícia Federal concluiu as investigações sobre o grampo do BNDES, envolvendo diretamente o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar da Presidência, pelo crime de omissão.

Este crime, aliás, mancha o presidente desde que fez constar a segurança como meta de seus governos nas duas campanhas e nada fez até hoje. Para explorar o veio aberto pela CPI do Narcotráfico, FHC adotou a idéia de criar um Núcleo de Combate à Impunidade, atribuindo ao seu ministro da Justiça, José Carlos Dias, “carta branca para desmontar o crime organizado e suas ramificações

nos poderes públicos”. Neste caso, teria de começar pelo Palácio do Planalto: o mais grave está na impunidade que campeia em seu governo. O próprio FHC é acusado de crime de responsabilidade pela oposição devido à mesma negociata investigada pela PF.

O general Cardoso não pode ser indiciado em inquérito policial nesse momento porque tem o *status* de ministro, mas os procuradores do Ministério Público podem solicitar abertura de processo na Procuradoria Geral da República. O grampo consistiu de escuta telefônica sistemática nos bastidores da privatização do Sistema Telebrás e resultou na exoneração de André Lara Rezende da presidência do BNDES e de Luiz Carlos Mendonça de Barros do

Ministério das Comunicações. Nomeado há um ano para coordenar a apuração da arapongagem, o chefe da Corregedoria de Polícia do Mato Grosso do Sul, Rubens Grandini, entregou no Rio de Janeiro um alentado relatório de 6 mil páginas que oferece detalhadamente as explicações.

A ação da CPI do Narcotráfico é, em si, um festival pirotécnico sem conseqüências efetivas, no mesmo rumo que tomaram duas outras: dos Bancos e do Judiciário. Nesta, o impulso das investigações foi substancialmente reduzido quando se soube que o corrupto juiz Nicolau dos Santos Neto mantinha íntimas ligações com o ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, e com o senador Luiz Estevão (PMDB-DF),

que hoje briga por uma sub-reitoria do Plano Plurianual (PPA). Jorge está sob os cuidados do Planalto e Estevão sob proteção do comando do PMDB. Um arranjo entre os senadores Jáder Barbalho e ACM – que andaram em conflito pela reitoria do PPA no interesse de suas empreiteiras familiares – colocou em banho-maria as duas CPIs: a dos Bancos não investiga os negócios do Banco Econômico nas Ilhas Caymann e a do Judiciário esquece os dois amigos do juiz Nicolau.

FHC teme que sejam atingidas “as altas esferas do poder federal”. Além dos crimes institucionais, já foi constatado o envolvimento de fiéis parlamentares de sua base de apoio, a exemplo do deputado cassado Hildebrando Pascoal e do deputado alagoano Augusto Farias (irmão de PC Farias), com o crime organizado.

Durante uma reunião com os parlamentares da CPI, FHC disse a que veio (para resgatar credibilidade junto ao povo) quando declarou que a questão não pode ser resolvida unilateralmente, exigindo a ação de toda a sociedade. Esta, contudo, começa a se movimentar, mas noutro rumo: o do resgate das conquistas sociais pirateadas pelo seu governo.

Homenagem a Astremônio de Mello

O PCdoB de Sant’Ana do Livramento/RS homenageou com um ato na Câmara Municipal o camarada Astremônio de Mello pelos seus 65 anos de filiação ao Partido. Nasceu em 1º de novembro de 1915, ele ingressou no Partido Comunista em 18 de setembro de 1934, recrutado por Santos Soares – criador, em 1918, da Liga dos Comunistas naquela cidade.

Astremônio foi lavrador, pedreiro, lenhador e ainda exerce a profissão de ferreiro. Durante a luta interna contra os revisionistas, na década 50/60, recusou-se a entrar no PCB de Prestes afirmando que não reconhecia “tal entidade como o partido comunista verdadeiro”, pois tinha se filiado “no Partido Comunista do Brasil”.

No ato em sua homenagem foram enviadas mensagens do presidente do PCdoB, João Amazonas, e da direção estadual do Partido. O presidente do PCdoB local, Paulo Peres, entregou-lhe uma placa comemorativa dos 65 anos de filiação: “É enorme a respeitabilidade do camarada Astremônio, não só pelo seu tempo de filiação, mas sobretudo pela clareza de visão acerca dos problemas atuais”, destacou Paulo Peres.

Diógenes Arruda: a vida de um comunista

JOSÉ CARLOS RUY

O sepultamento do revolucionário comunista brasileiro Diógenes Arruda foi, também, a primeira manifestação pública comunista em nosso país ao final da ditadura militar. Falecido em 25 de novembro de 1979, foi sepultado com a bandeira vermelha do Partido e a dirigente da organização, Elza Monnerat, leu uma “Mensagem do Comitê Central do PCdoB” em memória do companheiro de lutas. Seu cortejo fúnebre teve guardas de trânsito abrindo o caminho e desviando o tráfego e, nele, a bandeira vermelha da foice e do martelo foi rerepresentada à população naquele crepúsculo do regime militar, quando muitos brasileiros que haviam sido expulsos da vida nacional estavam voltando e retomando seu posto na luta pela democracia e pelo progresso social.

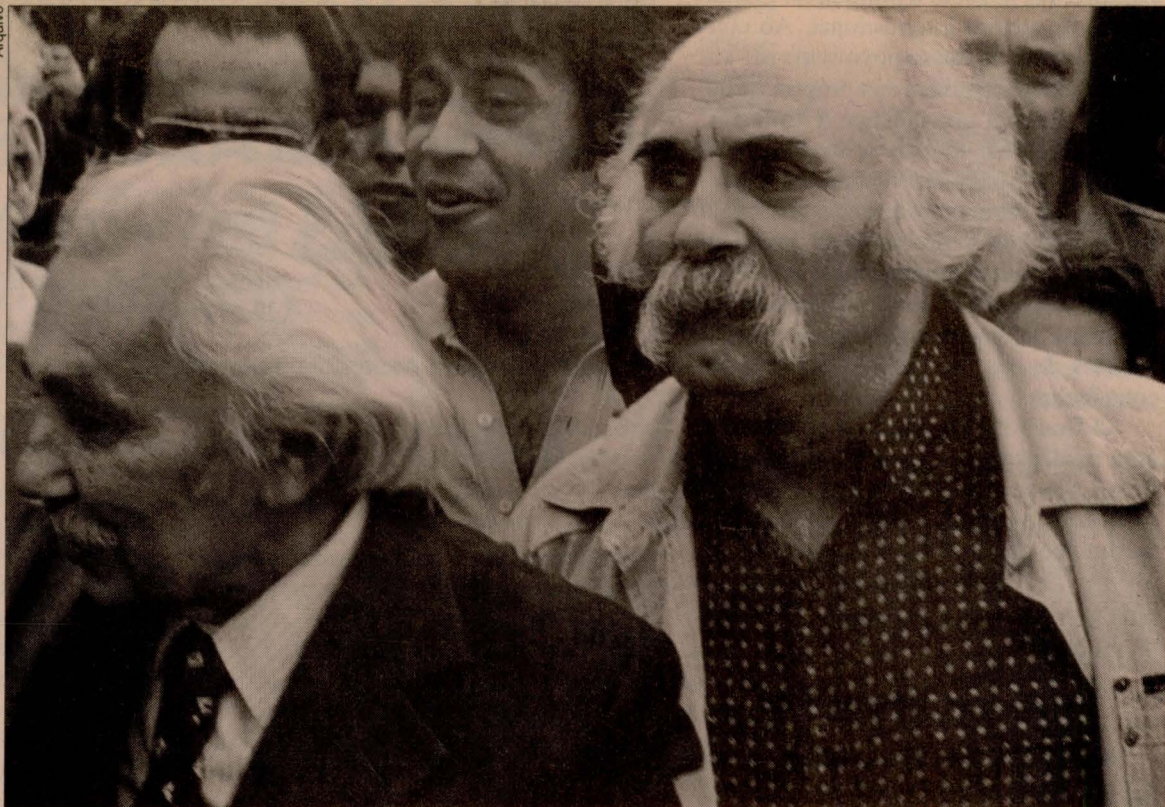
Diógenes Arruda, que tinha 64 anos de idade, tombou nessa trincheira. Foi um dos destacados líderes da história do comunismo no país. Morreu na tarde de um domingo que devia ser de festa. Ele coordenou a calorosa recepção, em São Paulo, a João Amazonas, dirigente do PCdoB, que voltava de um exílio de três anos. Morreu no automóvel que os conduzia ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde haveria uma recepção pública.

Diógenes Arruda nasceu no

sertão de Pernambuco, em 1916. Ainda era secundarista quando participou dos motins populares que agitaram Recife depois de 1930. Ingressou no Partido em 1934, iniciando uma militância de 46 anos, 36 dos quais na ilegalidade e sete no exílio.

Depois do levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, Arruda deixou Recife e assumiu a direção regional do Partido na Bahia, sendo em seguida preso e torturado. Depois de 1941, juntamente com Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros comunistas, todos com pouco mais de 20 anos de idade, participou, em 1943, da Conferência da Mantiqueira, que reestruturou o Partido, então com 1.800 militantes. Foi eleito secretário de organização. Dois anos depois o Partido conquistava a legalidade e tinha 220 mil associados.

Em janeiro de 1947 foi eleito deputado federal por São Paulo, pela legenda do PSP, mandato que cumpriu até 1952. Em 1952 chefiou a delegação brasileira ao XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, quando conheceu Stálin pessoalmente. No XX Congresso do PCUS, em 1956, Kruschew renegou o socialismo e fez graves acusações contra Stálin. Amazonas, Grabois, Pomar e outros membros do PC rejeitaram a nova orientação, que foi acatada por Luiz Carlos Prestes. Abriu-se um proces-



Amazonas e Arruda no Aeroporto de São Paulo, dia 25 de novembro de 1979

so de luta interna no Partido. Nela, Arruda foi alvo dos ataques revisionistas e liquidacionistas. O desenlace dessa luta foi a reorganização do Partido Comunista do Brasil, em 1962, depois que Prestes e seu grupo criaram o Partido Comunista Brasileiro. Arruda não acompanhou de imediato o grupo de Grabois, Amazonas e Pomar, aderindo ao PCdoB só depois de 1965.

Barbaramente torturado

No dia seguinte ao golpe militar de 31 de março de 1964, Arruda, em Recife, encontrou-se com Gregório Bezerra na reda-

ção da *Folha do Povo*, jornal do PCB, dizendo: “vim apresentar-me para a luta. Cumprirei qualquer tarefa que o partido me confiar. Disponham de mim para tudo!”. Gregório, um dirigente comunista que ficou ao lado de Prestes, conta em suas *Memórias* que “diante de sua atitude de homem de partido passei a respeitá-lo como verdadeiro revolucionário comunista, embora discordando de seus métodos de trabalho”.

Arruda foi preso, em São Paulo, em 11 de novembro de 1969: “O delegado Maurício Denoni de Arruda Albernaz dizia que eu deveria ser tortura-

do por mim e pelo Marighella”, contou. Arruda teve duas paradas cardíacas durante o suplício, passando a sofrer gravemente do coração. Perdeu dois terços da capacidade pulmonar devido a um enfizema contraído na prisão.

Libertado em 1972, exilou-se no Chile. Depois da queda de Allende, exilou-se em 1974 em Paris. Em 8 de outubro de 1979, beneficiado pela anistia, Arruda voltou ao Brasil, para ajudar a reorganizar o Partido e a luta do povo brasileiro. Sua morte foi uma grande perda para o movimento patriótico e patriótico em nosso país”, disse então João Amazonas.

NACIONAL

A importância da organização de base do PCdoB para a luta do nosso povo

JOÃOAMAZONAS

Foi realizado dia 24 de outubro o I Encontro de Organismos de Base do Comitê Paulistano, com 130 participantes e 60 bases. O presidente do PCdoB, João Amazonas, fez uma intervenção especial (abaixo). Foram realizados debates em grupo. Dentre as questões abordadas, destacam-se: a militância em época de crise; a linguagem dos comunistas; a preparação político-ideológica dos dirigentes de base e a não dependência dos organismos dirigentes para a ação; a dinâmica das reuniões; o conhecimento da realidade local e a sintonia do Partido com a população.

Vivemos um momento em que a crise do sistema capitalista é brutal e produz legiões de desesperados. Em nosso país a crise se aprofunda e vai revelando aspectos preocupantes. Temos como exemplo o aumento da criminalidade e da insegurança – a qualquer momento as pessoas podem ser atacadas. E mais: a crise gera milhões de desempregados. Sabemos que o trabalhador só tem sua força de trabalho, que precisa vender para sobreviver; se não encontra quem a compre, fica à mercê da miséria. Sequer pode dar o pão a seus filhos. É esse o quadro que estamos vivendo.

Nosso povo já não tem nenhuma ilusão de que a situação vá melhorar, com o atual governo e sua política. Não há saída com o rumo seguido pelas forças conservadoras, que seguem a política do grande capital financeiro internacional. Ao contrário, a cada dia nosso povo sente as “soluções” do governo em sua própria carne. Basta vermos a previdência: a “solução” do governo FHC foi cobrar dos inativos – o trabalhador passou a vida inteira pagando e, agora, lhe querem arrancar mais, para cobrir o déficit! O problema da previdência social passa por outros enfoques. Além de atacar a sonogação e a insolvência das empresas, é fundamental ver que, se há milhões de desempregados, milhões não contribuem...

O Brasil está a exigir, urgentemente, uma mudança de rumo. Este rumo que o Brasil tomou nos últimos tempos leva à catástrofe nacional e aprofunda mais o sofrimento do povo. Quando soa pelo país o *Fora Fernando Henrique Cardoso*, é uma espécie de eco do desejo e da vontade do povo.

Governo de traição nacional

FHC é um governo de traição nacional e que afunda cada vez mais nosso país na miséria. Gera o desemprego e a desesperança. Que deve fazer o povo diante disso? Suportá-lo até o fim? Ele foi eleito – mostrando os “cinco dedos” e dizendo atender às cinco grandes reivindicações nacionais (emprego, saúde, educação...) e não cumpriu nenhuma! FHC traiu todas as expectativas do país. Um governo de traição, só um povo covarde pode admitir que vá até o fim. Democracia para nós significa que, se o governo não cumpre e não é capaz de enfrentar os problemas do povo, e ainda mais, se trai os interesses nacionais, o povo tem o direito e o dever de reclamar um fim, um basta, um chega a um governo dessa natureza. Não há democracia se não formos capazes de enfrentar um traidor, pois é um direito da nação dar um basta à destruição do país.

Pela primeira vez conseguimos reunir grandes forças políticas organizadas em oposição. Mas isso não significa que em

seu seio os interesses sejam idênticos e todos estejam de acordo com todas as propostas que se apresentam. O PDT de Brizola tem suas posições, assim como o PSB e o PT – todos têm suas visões de soluções. Nessa unidade está também o PCdoB, com sua luta.

O Partido Comunista tem sido exemplo na luta pela unidade das forças avançadas. Tem se esforçado para realizar de forma unitária grandes movimentos de massa. Foi assim no último dia 26 de agosto – a Marcha dos 100 Mil –, de enorme importância e grande repercussão, porque os 100 mil que estiveram em Brasília foram acompanhados por mais de um milhão de assinaturas exigindo do Congresso uma CPI para apurar os crimes do governo.

À frente da luta do povo

Há muitas forças importantes de oposição em nosso país, mas é necessário uma força que tenha clareza dos objetivos e das questões em disputa, que saiba até onde conduzir esse movimento. Só o nosso Partido pode fazer algo dessa natureza. Mas devemos compreender que ainda somos pequenos para as necessidades que o país atravessa. Devemos crescer, para poder disputar a hegemonia nesse movimento político em curso. Precisamos forjar um grande partido e prepará-lo para, até mesmo, governar este país. Isso exige preparação do ponto de vista da organiza-

ção do Partido e das massas para desenvolver as tarefas políticas.

Construir um grande Partido Comunista está na ordem-do-dia. Não pensemos que passo-a-passo chegaremos aos objetivos que tanto almejamos. Acelerar esse processo e alcançar tais objetivos será possível somente quando construirmos um grande partido, capaz política e ideologicamente, mas também poderosamente organizado e ligado às amplas massas.

Dizemos que o Partido é a força dirigente e orientadora das grandes massas do povo – não se trata de uma tarefa comum. Ao Partido cabe orientar o povo para o caminho correto, não se isolar e nem se adiantar muito à compreensão da massa; mas, também, não se atrasar nesse processo, senão as massas vão adiante – correndo o risco de errar o caminho!

O nosso Partido é organizado com base nas células. E isso é decorrência de nossa experiência e do desenvolvimento de nossos princípios teóricos, políticos e orgânicos. Sem uma sólida estruturação em células de base, como o Partido pode dirigir os operários? É fundamental organizar as células nas fábricas, nos locais de residência e de estudo. Sem isso, a direção fica falando sem poder agir, pois a orientação política se aplica por meio das organizações de base. Não se cria um partido forte se não formos capazes de multiplicar o número de organizações de base.

No início dos anos 50, o Partido tinha bases em todas as fábricas com mais de

500 operários em São Paulo, e isso favorecia a direção política. Isso permitiu em 1953 a greve que paralisou São Paulo por 30 dias e que saiu vitoriosa – embora muito pouco comentada até hoje. Foi o Partido que dirigiu esse movimento – não de cima, mas devido às organizações de base nas empresas.

Atuação constante

As OBs permitem levar a política ao povo. Mas é preciso ação. Os comunistas não podem estar fechados em suas organizações de base. Precisam atuar junto às massas e estar ligados a elas. O comunista incapaz de se ligar às massas não cumpre seu papel. Deve se ligar ao povo – aos movimentos, aos trabalhadores, operários, nos bairros, nas escolas... – e organizá-lo na luta.

O organismo de base do PCdoB tem de discutir todos os problemas que envolvem o Partido. Levar a orientação do Partido às grandes massas. Se tomarmos como lição os períodos eleitorais, tendo por referência São Paulo, onde não existia organização distrital com bases nosso resultado eleitoral foi fraco.

Nossas bases precisam funcionar com atividade permanente e se reunir de 15 em 15 dias – entre as reuniões, a direção da base é o elo de ligação entre todos. Discutir nas OBs quantos e como conquistar novos militantes. Como ampliar nossas fileiras e conseguir que mais trabalhadores, estudantes e pessoas do povo entrem para o nosso Partido. Cabe à organização de base orientar as tarefas e a mobilização políticas e planejar como envolver mais forças para realizar e ampliar a repercussão das tarefas políticas. Os comunistas da base não são apenas pessoas comuns, são força dirigente e representam o Partido naquele local que atuam.

Educação revolucionária

É preciso também estudar e assimilar a linha do Partido, compreender o socialismo científico e a ciência, os processos que estão em curso, elevar o nível teórico para entender as perspectivas e cumprir nosso papel de fermento da luta. Nas reuniões é fundamental também cuidar da educação ideológica. Devemos ler e debater, por exemplo, os textos do livro de Diógenes Arruda – que completa, dia 25 de outubro, 20 anos de seu desaparecimento – *A educação revolucionária do comunista*.

Se queremos governar e dirigir o país, é preciso saber como fazê-lo. Queremos uma sociedade distinta da atual. Sabemos que não existem modelos, temos de criar nosso próprio caminho. E isso exige que os comunistas se eduquem coletivamente no Partido.

No dia 18 de novembro vamos lançar o manifesto cívico *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*. A defesa do Brasil e de sua soberania é uma grande tarefa que se coloca diante de nós. A outra é a democracia, pois o povo precisa de liberdade e democracia para organizar sua luta e aperfeiçoar sua própria organização. Nosso povo sempre foi oprimido e, mesmo em tempos de democracia como o atual, há falta de liberdade. Nossa terceira grande tarefa é a defesa do trabalho, que se traduz na luta contra o desemprego e a fome.

Por isso esse movimento cívico pode ser um movimento para organizar o povo, empunhar o *Fora FHC* e abrir novos rumos para o país.



Sessão solene na Assembléia concedeu título ao presidente do PCdoB

João Amazonas, cidadão goiano

BETO LEÃO

Por iniciativa da deputada estadual Denise Carvalho (PCdoB), o presidente do Partido Comunista do Brasil, o jornalista João Amazonas, recebeu no dia 20 de outubro o título de Cidadão Goiano. A sessão solene foi prestigiada por autoridades como os secretários de Estado Servito Menezes, Jalles Fontoura, Wilmar Guimarães, Floriano Gomes da Silva Filho e Gilvane Felipe, bem como pela procuradora geral de Justiça, Ivana Farina, além de representantes da Universidade Federal de Goiás e lideranças regionais do Partido, como o ex-deputado federal Aldo Arantes, os vereadores Olívia Vieira e Fábio Tokarski e o presidente do PCdoB em Goiás, Adalberto Monteiro. A galeria ficou superlotada de militantes comunistas e populares.

Do alto dos seus 87 anos, o presidente do PCdoB afirma que o socialismo está “mais vivo do nunca no coração e na mente dos que lutam contra as injustiças sociais”. Amazonas afirmou: “Passei metade da minha vida perseguido. O PCdoB é um partido que, qual Fênix, renasceu das cinzas depois de 61 anos na clandestinidade. O PCdoB tem, hoje, 77 anos de existência, mas apenas 16 são na legalidade.”

A sessão solene foi conduzida pela deputada Denise Carvalho: “Temos hoje uma grata honra de entregar o Título de Cidadão Goiano a uma das personalidades que, na cena pública do Brasil, tem contribuído com a sua atuação e determinação para os processos mais profundos da luta pela transformação social no nosso país.”

Em seu discurso improvisado, o homenageado falou: “Se tenho alguma qualidade a destacar na minha vida, é a mesma de todo cidadão brasileiro: a de lutar.”

O encerramento da sessão foi marcado pela manifestação do público presente nas galerias, que gritou palavras de ordem. Em seguida, todos os presentes dirigiram-se ao Salão Nobre, onde foi servido um coquetel enquanto João Amazonas fez o lançamento do livro *Os Desafios do Socialismo no Século XXI*.

O reconhecimento da importância desse comunista histórico para a vida pública brasileira veio não apenas dos parlamentares goianos, mas também do governador do Estado, Marconi Perillo. Ele fez questão de receber no Palácio das Esmeraldas, sede do Governo de Goiás, para um jantar, o presidente do PCdoB e lideranças do Partido em Goiás, capitaneada pela deputada Denise Carvalho, secretário de Estado da Ciência e Tecnologia Gilvane Felipe.

NACIONAL

Governo FHC é cúmplice de ataque dos EUA à soberania do Brasil

Um verdadeiro atentado à soberania do Brasil está sendo realizado com a participação cúmplice e criminosa do governo Fernando Henrique Cardoso. No dia 27, o governo acionou o BNDES para financiar a empresa norte-americana AES na compra da Companhia de Energia Elétrica do Tietê, em São Paulo. A AES integra, juntamente com as empresas Southern Electric e Opportunity o consórcio de empresas estadunidenses que comprou 32,9% do capital votante da estatal de eletricidade Cemig, e passou a tratá-la como se fosse o acionista majoritário.

O governador de Minas, Itamar Franco, conseguiu na Justiça a devolução ao Estado, proprietário de 51% das ações da Cemig, do poder de mando. Diante disso, no dia 25 a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil divulgou nota afirmando que "sem garantias de que os direitos de propriedade dos acionistas minoritários serão garantidos, a confiança do investidor no Brasil poderia ficar abalada". Uma notória intervenção em assuntos internos brasileiros. O governo vende-pátria de Fer-



nando Henrique Cardoso não só silenciou diante dessa interferência, como ainda vários de seus integrantes criticaram a postura do governo mineiro! Em seguida, ordenou o financiamento à empresa norte-americana.

Ao contrário do que pregam os ideólogos do neoliberalismo, o Estado norte-americano está atuando abertamente no chamado "livre" mercado e, mais do que isso, interferindo nas decisões soberanas de um outro país, para fazer valer interesses

de empresas particulares de seu país.

Ao tempo em que solidariza-se com a postura do governo de Minas Gerais, o PCdoB repudia a atitude do governo norte-americano e a subserviência e cumplicidade de Fernando Henrique Cardoso e seu governo.

Basta de traição nacional!
Fora FHC!

São Paulo, 28 de outubro de 1999
Partido Comunista do Brasil

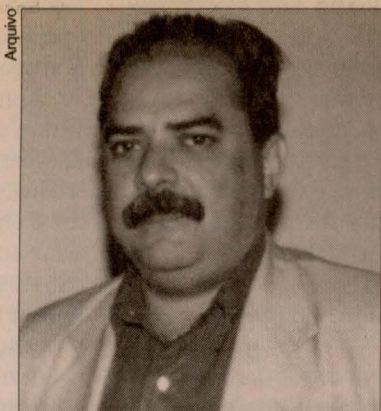
Piauí em luta contra a corrupção

JOSÉ CARVALHORUFINO*

O povo brasileiro acompanha com grande perplexidade o desmonte de uma poderosa rede de crime organizado que atua em diversos estados da federação. Depois de Alagoas, Acre, Mato Grosso do Sul e Maranhão, agora é a vez do Piauí ganhar destaque por conta do desbaratamento de uma quadrilha organizada que praticava extorsão, chantagem, assassinatos, roubos, emissão de notas fiscais frias, dentre outros delitos. O grupo criminoso, cujo atuação abrangia Piauí, Maranhão e Ceará, tinha relações estreitas com membros do Executivo, principalmente dentro das polícias civil e militar, e também no Judiciário, através de juízes e promotores.

Os órgãos públicos trabalharam na elaboração de um dossiê do crime organizado no Piauí, a partir de escuta telefônica autorizada por um juiz federal. A escuta telefônica foi autorizada para investigação de oito suspeitos, dentre eles o suposto chefe do crime organizado, o coronel da reserva Viriato Correia Lima. Esse dossiê foi entregue ao Ministro da Justiça José Carlos Dias, com a presença de uma representante do governo estadual, o secretário de Segurança Carlos Lobo. A partir daí as diversas instituições passaram a tomar as medidas necessárias e legais em relação aos suspeitos.

O governo Mão Santa determinou a imediata prisão do cel. Correia Lima e afastou dos cargos três delegados envolvidos e



Osmar Jr., vice-governador

diversos policiais militares e civis. Também se colocou totalmente à disposição para junto com outras instituições apurar os crimes. O governador ainda afastou o comandante geral da Polícia, cel. Valdílio Falcão e o chefe do Gabinete Militar, o cel. Odival Falcão. O Tribunal de Justiça do Estado afastou de suas funções três juízes em um Procurador de Justiça, por suspeitar com a máfia do crime organizado.

A gravação de telefonemas durante oito meses levou à citação de diversas pessoas ligadas ao governo, dentre elas o nome do vice-governador Osmar Júnior, do PCdoB, e da filha do governador, Cassandra de Moraes Sousa. Em relação ao vice-governador lhe é atribuída a suposta participação em um esquema de liberação de verbas na Secretaria de Fazenda. E a filha do governador é citada como participante de um esquema de propinas.

Ao tomar conhecimento da citação do nome de Osmar Júnior e de Cassandra de Moraes Sousa, autoridades que apuram

o crime no Piauí foram às televisões e aos jornais denunciar a tentativa de alguns setores de desviar o centro do debate da questão do crime organizado para o âmbito político partidário. Todos os que apuram o crime organizado, com destaque para o superintendente da Polícia Federal, Robert Rios, o procurador da Justiça Federal, Transvanvan Feitosa e o promotor Afonso Gil, defenderam Osmar Júnior e reafirmaram que ele não é objetivo de investigação.

O PCdoB tem solicitado a apuração e a punição dos envolvidos. O vice-governador tem participado de perto das investigações, acompanhando por parte do governo os passos que vão sendo dados pelas instituições que apuram o caso, e tem informado o Partido sobre as investigações.

A discussão e o debate na sociedade sobre o crime organizado no Piauí vai ganhando conotação política com a participação ativa do senador Hugo Napoleão (PFL). O PFL busca criar um quadro de caos e ingovernabilidade, tentando de todas as formas retornar ao executivo estadual.

A participação do PCdoB no governo do Piauí tem se dado de forma séria e transparente. O fato de Osmar Júnior se destacar dentro do governo pela seriedade e compromisso com o Piauí o tem colocado em destaque. As denúncias contra Osmar Júnior são infundadas e não encontram eco no meio da sociedade piauiense.

presidente do PCdoB/PI

Os comunistas e o governo Itamar

1 - A formação do governo

A eleição de Itamar, governador de Minas, significou uma vitória democrática de grande importância. Rompeu o domínio das tradicionais oligarquias pró-neoliberais sobre a administração do Estado, provocando uma oxigenação da vida política mineira.

A composição do governo expressou, embora com timidez, uma tendência de centro esquerda. Para importantes áreas, como Fazenda e Planejamento, foram nomeadas pessoas com tradição democrática e as estatais passaram a ser dirigidas por anti-privatistas.

Um ano após o início do governo, podemos dizer que as mudanças internas operadas na sua composição enfraqueceram ainda mais a presença das forças de esquerda, reforçando o caráter de centro do governo. O maior exemplo desta situação foi a queda do Secretário Duperayt e sua equipe.

2 - Avaliação político-administrativa

Como disse o deputado Sérgio Miranda em entrevista: "o melhor do governo Itamar é o próprio Itamar". Com o passar dos meses estabeleceu-se um fosso real entre o pensamento político geral do governador Itamar Franco e a ação administrativa interna de seu governo.

Há duas fases a serem analisadas:

– a **fase itamarista**, da maratona, das grandes mobilizações políticas contra FHC que tiveram seu ponto maior com o 21 de abril de Ouro Preto e o esforço de aproximação com o movimento popular e sindical;

– a **fase do impasse administrativo**, que começa com a queda de Duperayt e sua equipe, aparecendo, em toda a sua plenitude, o caráter contraditório do governo. Nessa fase, o governador Itamar continua na busca de uma política alternativa de soberania nacional expressa na luta contra a privatização de Furnas e no resgate dos interesses de Minas, no caso da Cemig. No entanto, não se estabelece um comando político-administrativo, passando a predominar as forças conservadoras, não conseguindo o governador ter um efetivo apoio político da sua base para suas lutas maiores.

Surgem os problemas das áreas sociais e suas políticas que não asseguram coerência frente ao projeto de centro esquerda. Na área de educação falta resposta às necessidades de ampliação de vagas e da garantia do caráter público da universidade estadual. Na área da saúde não se apresentou um projeto que retomasse a pers-

pectiva de reforço do Sistema Único de Saúde-SUS, mantendo-se, em certa medida, a política de valorização dos prestadores privados.

O mais grave, no entanto, se dá na área do trabalho. A secretaria respectiva deixa de ter qualquer compromisso com a luta dos trabalhadores por emprego, proposta original apresentada inclusive pelo PCdoB e bem recebida pelo governador, e passa a ter uma ação assistencialista, envolvendo até mesmo recursos do FAT para tal.

É dentro desse distanciamento em relação ao movimento social e trabalhista que é retomada, com inaceitável virulência, a repressão policial contra os movimentos reivindicatórios. A mais significativa ação repressiva se deu na portaria da Fiat, tendo as forças policiais ali presentes sido colocadas literalmente sob comando do setor de segurança da empresa.

Em relação aos servidores, há uma postura de considerar desacordo com o projeto político maior de Itamar o fato dos sindicatos lutarem por suas reivindicações. Todo governo democrático deve compreender que apoio político não significa abrir mão de interesses de classe.

3 - A posição do PCdoB

O PCdoB foi o partido de esquerda que com maior rapidez compreendeu, no segundo turno, a importância da vitória de Itamar para a luta oposicionista, dando seu apoio àquela candidatura. Apesar disso, na composição do governo esta atitude não recebeu o respeito correspondente.

É importante deixar claro que o **PCdoB não participa do governo Itamar**, continuando, no entanto, a dar apoio a todas as ações do governo que se contraponham à política neoliberal predominante no país. Nesta nova fase, o PCdoB acentuará suas críticas sobretudo naquilo que representa o desmonte da Secretaria do Trabalho, instrumento fundamental na coordenação de um projeto pelo emprego e nas relações com os trabalhadores. E continuará denunciando toda ação repressiva contra os trabalhadores.

O PCdoB considera fundamental intensificar as mobilizações e a articulação de todos que apoiam o governo Itamar para a retomada de um verdadeiro projeto de centro esquerda. Para isso propõe às forças democráticas integrantes do governo a criação de um Fórum para a construção desses objetivos.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 1999
Comitê Estadual do PCdoB/MG

MOVIMENTO

Desafios do PCdoB no Nordeste

LUCIANO SIQUEIRA*

O PCdoB cresce no Nordeste. Filia militantes, multiplica o número de Comitês Municipais e se interioriza. E com um fenômeno novo: parte expressiva dos filiados e dirigentes municipais, vereadores, lideranças locais e ativistas recém-chegados ao PCdoB são oriundos de outros partidos de esquerda.

Na Bahia, no início do ano, o Partido se encontrava organizado em 76 municípios e em 19 estava em fase de implantação. Hoje se articula em 167 municípios (sendo que nos 30 municípios considerados mais importantes). No Ceará estão em implantação 20 novos Comitês Municipais. E em Pernambuco, desde o final de julho, o número de Comitês Municipais saltou de 27 para 55. No Rio Grande do Norte, 7 novos CMs estão em implantação, em Sergipe 4 e em Alagoas 2.

Têm vindo ao PCdoB ativistas com certa experiência política. Vários são vereadores, muitos são dirigentes sindicais, lideranças populares, estudantis ou gozam de algum influência na sociedade. Na Bahia, em 15 dos novos municípios a implantação do Partido se faz através da influência conquistada no movimento sindical rural. No Rio Grande do Norte, 2 dos novos – João Câmara e Bento Fernandes – estão em área de conflitos de terra e as direções municipais se constituíram com ativistas do movimento camponês.

Dos vereadores que ingressaram no PCdoB, na região, 5 são egressos do PSB, 3 do PDT; e do PPS, PMDB, PSDB e PT vieram 1 de cada, sendo do PT o vereador de Fortaleza Antônio Augusto Gonçalves. Ainda agora, na Bahia, acaba de ingressar no Partido a vereadora Elita dos Santos, conhecida como Dona Lita, do município de Elísio Medrado, vinda do PDT. Tem mais de 15 anos de militância no movimento sindical de trabalhadores rurais e no apoio às comunidade. Juntamente com Dona Lita, filiou-se a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Marta Sueli. Em Pernambuco, mais da metade dos CMs conta com a participação de ex-militantes do PT, PDT, PSB e PPS.

Inúmeros são os novos militantes que se revelam atraídos pela determinação do PCdoB no combate ao governo FHC e pela “coerência” na defesa do socialismo. Outros se dizem sensibilizados pela conduta ampla e hábil do Partido no relacionamento com as demais forças políticas, “sem sectarismo”; ou pelo caráter unitário do PCdoB, avesso a disputas de grupos. Há os que se apresentam em busca de um partido de vida política permanente, diferente dos que se limitam aos episódios eleitorais. Também a abertura do Partido para uma maior flexibilidade na composição de nominatas de candidatos ao pleito proporcional tem sido um motivo de adesão, particularmente em cidades menores.

São reflexos das resoluções adotadas no 9º Congresso. Tanto da política de frente única anti-neoliberal, quanto da concepção do partido revolucionário, moderno e de massas, capaz de explorar as possibilidades da sua existência legal, travando a luta de classes em todos os terrenos em que se apresenta, inclusive no interior da máquina estatal e no parlamento, em todos os níveis; e capaz de atrair para as suas fileiras parcelas do mais ativas e interessadas povo. Também é notória a força da comunicação de massas. Mesmo sofrendo restrições da grande mídia, na medida em que aparece no noticiário bem situado poli-

ticamente e projeta suas lideranças, o PCdoB vence resistências e até supera preconceitos em áreas menos politizadas. O programa gratuito de TV contribuiu muito para isso: boa parte dos novos Comitês Municipais está sendo implantada por recém-filiados que estabeleceram contato com o Partido através do telefone 0800.

Mas é preciso considerar as limitações e insuficiências desse movimento de construção partidária. Como bem analisa o secretário de organização do Comitê Estadual da Bahia e membro do Comitê Central, Péricles de Souza, a maioria dos Comitês Municipais não se reúne com frequência, não tem plano local de estruturação, de ação política. O fato de a maior parte dos militantes não atuar em organizações de base desqualifica o Partido quanto à sua ação unitária e revolucionária.

“Daí a necessidade de se ter em conta – adverte – que a consolidação dos Comitês Municipais, objetivo maior e imediato do Plano de Estruturação Partidária, deve ser conquistada no cumprimento das metas de ação política, de filiações, de formação, de propaganda e de finanças. O novo filiado deve ser integrado imediatamente numa Organização de Base onde vai ter sua ‘vida partidária’, participar das ações políticas, conhecer melhor a linha do Partido, a teoria marxista e a realidade em que vive, participar da democracia interna do Partido, opinando, votando e cumprindo a decisão da maioria.”

Tal aprimoramento depende essencialmente do empenho dos Comitês Estaduais e dos CMs na correta relação entre a ação política e a construção partidária.

Na política de alianças, a pedra de toque é a resistência ao neoliberalismo, porém sem esquematismo nem rigidez sectária. Há forças políticas que ainda não evoluíram para uma postura anti-neoliberal, mas colocam-se em oposição aos governos reacionários, nos planos estadual e municipal, com as quais é possível convergir em torno de objetivos imediatos benéficos para o povo. Cabe aos comunistas se vincularem estreitamente às massas, participar das entidades representativas e tomar a iniciativa, antecipando-se às demais correntes.

O Plano de Estruturação Partidária é um plano subordinado à atividade política do Partido e à conjuntura política em evolução. A perspectiva é de grandes embates políticos – o que cria um ambiente social mais favorável ao fortalecimento do PCdoB. Desde que se mantenha em ritmo cadenciado e persistente a realização integrada das quatro tarefas fundamentais da construção partidária: organização, formação, propaganda e finanças.

Além das ações de combate ao governo FHC e nas lutas sociais cotidianas, também os preparativos para o pleito de 2000 se constituem em fator de desenvolvimento da construção partidária. As atuais pré-candidaturas a vereador, no esforço de arregimentar suas bases de apoio até as Conferências Municipais, podem se prestar à dinamização e à criação das Organizações de Base, seguindo roteiro orientado e dirigido pelo Comitê Municipal. A experiência do PCdoB demonstra que quanto mais estruturada a rede de apoiadores, através de núcleos, maior o enraizamento da campanha no seio do povo e mais eficiente a conquista e a multiplicação do voto. A busca do voto e o crescimento da organização popular e o fortalecimento do PCdoB são objetivos que se combinam, podem avançar entrelaçados.

*do Comitê Central e presidente do PCdoB/PE



Aldo Arantes (microfone), Augusto Madeira e Augusto Aras, durante debate

Opinião de Direito

Aconteceu nos dias 9 e 10 de outubro, em Salvador, o Seminário Nacional do Opinio Iuris – Instituto de Pesquisas Jurídicas. O “OI” pretende difundir e estimular as opiniões jurídicas progressistas e democráticas. Também pretende aglutinar os “operadores” de Direito (advogados, magistrados, procuradores, promotores etc) que se interessam em divulgar e participar do debate destas opiniões.

O Seminário foi aberto com palestra sobre a reforma do Poder Judiciário do jurista Dalmo Dallari e de Arx Tourinho, procurador federal. O professor Dallari fez um rico histórico da evolução do Poder Judiciário e do papel dos juízes. Constatou a existência de uma boa “rebelião” dos juízes, fenômeno que acontece em vários países, com os magistrados se organizando para enfrentar alguns dogmas, o do juiz “escravo da lei”, do juiz “apolítico” etc. Este movimento renovador exige a democratização do Judiciário, sua modernização e independência. Afirmou que a reforma do Poder Judiciário em curso no país vai no sentido oposto. Chamou especial atenção para o perigo da Súmula Vinculante. Denunciou que as diretrizes da reforma estão contidas em documento do Banco Mundial e que são mais uma imposição do neoliberalismo ao país.

Judiciário pressionado

Arx Tourinho abordou os recentes escândalos de corrupção que envolvem juízes em todo o Brasil. Criticou a atual estrutura do Poder Judiciário, muito permeável às influências do poder Executivo, tanto federal quanto estaduais.

O debate que abordou a Justiça do Trabalho contou com dois juízes, Washington da Trindade e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo), Eurico Cruz Neto, que relatou o início do movimento nacional em defesa da Justiça do Trabalho em São Paulo, com o ato na Assembleia Legislativa que reuniu juízes, sindicatos, parlamentares e partidos políticos contra a proposta de extinção desta Justiça. Washington da Trindade, aposentado,

relembrou que a Justiça do Trabalho era célere e ágil, mas o número excessivo de processos para uma estrutura que não aumenta a tornou lenta.

Contra-reformas de FHC

O debate da reforma política contou com a participação do ex-deputado federal do PCdoB/GO e advogado, Aldo Arantes, do procurador federal Augusto Aras, e do professor Jorge Viana. Arantes classificou de contra-reformas as propostas de proibição de coligações, voto distrital misto, cláusula de barreiras e restrições ao funcionamento partidário em tramitação no Congresso Nacional. Também foi discutido pelos debatedores a lei de iniciativa popular que tenta coibir a compra de votos. A plenária final contou com a participação da professora da UFBA Loreta Valadares e do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, que discutiram o papel dos operadores de Direito no atual contexto político e a importância do Opinio Iuris.

Uma série de resoluções foram aprovadas, dentre elas: defesa de uma reforma democrática do Poder Judiciário; defesa da Justiça do Trabalho e contra a Reforma Política em curso. Nas questões relativas ao Opinio Iuris foi aprovado a criação de uma página na Internet; a edição de uma revista jurídica e a formação de coordenações estaduais do OI.

Foi eleita a primeira coordenação do Instituto formada por: Jéferson Braga (BA), coordenador-geral; Leonor Poço (SP), Rode Anélia Martins (SC); Antônia Mara Loguércio (RS); Augusto Madeira (SP); Suplentes: Geraldo de Almeida Sá (PB); Jorge Farias (PA); Lairson Ruy Palermo (MS); Conselho Fiscal: Paulo Guimarães (DF); Luís Carlos Orro (GO); Benedito de Paula Bizerril (CE); Suplência: Claudia Bezerra (BA); Marcelo Malta (AL); Arilson Malaquias (PI).

Contatos com o Instituto: Jéferson Braga: travessa da Ajuda, 01, Ed. Martins Catharino, 4º andar, Centro. 40.020-030. Salvador-BA. Telefax: 71-3227755. Celular: 99621735. Correio eletrônico: adv@cpunet.com.br

Contag reafirma a unicidade sindical

Foi realizado, de 25 a 29 de outubro, em Brasília, o II Congresso Extraordinário dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para debater a estrutura e organização sindical. A principal polêmica envolveu a unicidade ou pluralismo sindical e a contribuição obrigatória.

Participaram do Congresso 463 delegados de todo o país. A Corrente Sindical Classista contou com uma bancada de 15% dos delegados presentes e galvanizou a maioria dos presentes para a de-

fesa da unicidade das entidades de trabalhadores.

Os sindicalistas entenderam que o fim da unicidade (questão central da PEC 623/98 enviada pelo governo ao Congresso) é o caminho mais fácil para o pluralismo e a pulverização dos sindicatos, em particular para os de trabalhadores rurais. Tais sindicatos também enfrentariam sérios problemas de documentação e memória compulsórias propostas pela PEC. A defesa da unicidade e das chamadas contribuições sindicais compulsórias foi aprovada pela maioria dos delegados.

NACIONAL

Emprego, democracia e qualidade de vida para os paulistanos

Com objetivo de ampliar o conhecimento da região metropolitana de São Paulo e acumular elementos para um programa eleitoral para 2000, foi realizado, em 5 de novembro, o seminário *São Paulo 2000: democracia, trabalho e qualidade de vida*, promovido pelo PCdoB e pelo Instituto Maurício Grabois (IMG). Especialistas de diversas áreas participaram de dois painéis: "Desenvolvimento com planejamento urbano e geração de empregos" e "Financiamento público, orçamento municipal e gestão participativa". O seminário, acompanhado por lideranças políticas, sindicais e populares, terá continuidade no próximo ano.

Para o economista Luis Antônio Paulino, a chamada desindustrialização de São Paulo deve ser relativizada, uma vez que a saída de empresas da região metropolitana acaba sendo compensada pela instalação das mesmas num raio próximo, devido à atração que o grande mercado da capital paulista exerce. O professor Flávio Vilaça (FAU-USP) alertou que não é qualquer planejamento que interessa aos que querem melhorar a cidade e exemplificou que o atual projeto de plano diretor que o prefeito Celso Pitta quer impor à população tem como único intuito aumentar o coeficiente de aproveitamento de terreno construído – questão que interessa ao mercado imobiliário. O conselheiro do Instituto de Estudos Avançados da USP e presidente de honra da SBPC, Aziz Ab'Saber, explicou os complexos mecanismos do metabolismo urbano de um grande centro como São Paulo e suas demandas por planejamento global. Na abordagem sobre financiamento, orçamento e gestão foi ressaltado que a atual situação de penúria financeira das cidades e municípios brasileiros se deve à situação macroeconômica que envolve a política neoliberal de destruição do Estado e a centralização de recursos pelo governo federal.

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Particpei em outubro, em Porto Alegre, de um seminário internacional sobre a crise do capitalismo globalizado na viragem do milênio, que me impressionou profundamente. Deixou-me lembrança forte pela qualidade das comunicações, pelo nível e intensidade dos debates, pela atmosfera, pelo envolvimento da comunidade, pelo comparecimento maciço da juventude e da *intelligentsia* da cidade.

A grandiosa Sala de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul funcionou durante uma semana como cenário do acontecimento. A média do público em cada uma das dez sessões deverá ter rondado as 500 pessoas, com acentuada maioria de jovens, pois o seminário teve extensão universitária.

Os painéis dão uma idéia da riqueza e diversidade dos debates: A natureza da atual crise internacional; A crise asiática – mito e realidade; Fim do trabalho ou do emprego?; América Latina – Alca ou Mercosul?; O Brasil no contexto da crise global; Agricultura e revolução tecnológica; Terceira via europeia: alternativa ou neoliberalismo reciclado?; EUA: Otan e a geopolítica do império; A construção de uma saída para a crise.

O governador do Estado, Olívio Dutra, do PT, abriu o fórum com um discurso humanista, de confiança nos trabalhadores, de luta e de condenação do neoliberalismo. A intervenção do prefeito de Porto Alegre, Raul Pont (que moderou um dos painéis) envolveu igualmente a rejeição do modelo neoliberal. Essa foi a tônica de todos os discursos pronunciados pelas personalidades que integravam a mesa da presidência, desde a reitora da universidade aos representantes da Ordem dos Advogados, do Ministério Público e da Central Única dos Trabalhadores.

Este ano, além de especialistas brasileiros, muitos dos

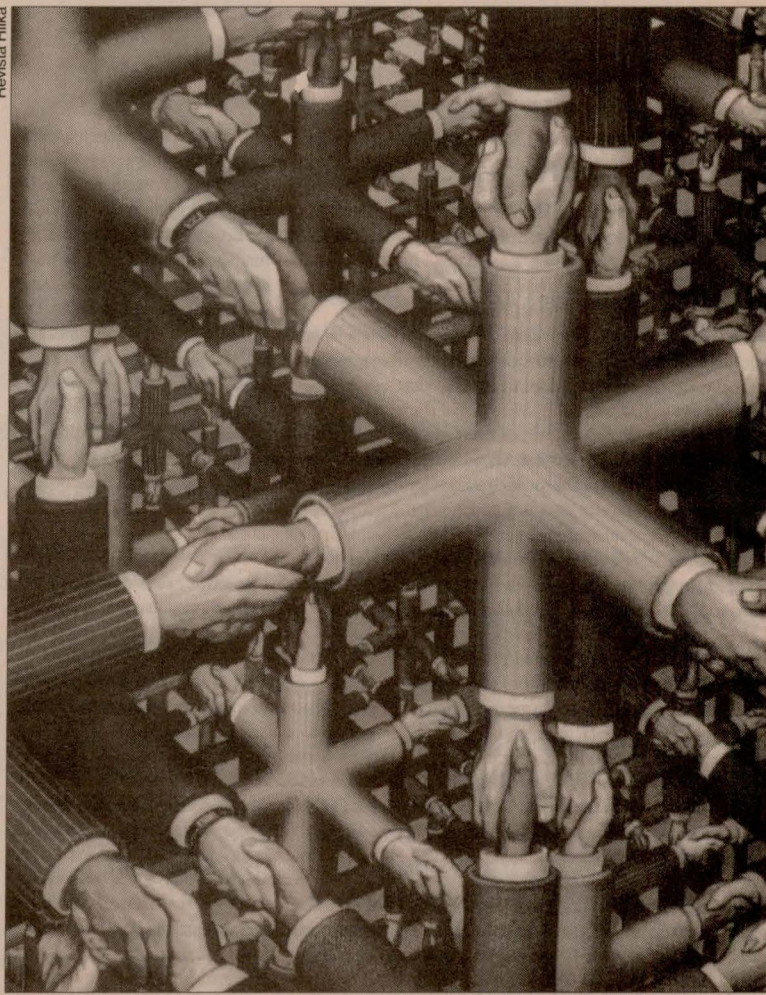
quais professores das grandes universidades, compareceram representantes da Argentina, da Bélgica, da China, da Espanha, da França, da Inglaterra, do México e de Portugal. O importante não foi o número de países, mas a qualidade da maioria das intervenções e a atmosfera dos debates.

Diferentemente de outros seminários sobre o mesmo tema, o de Porto Alegre recusou a fórmula das intervenções *comprimidos*. Os autores das comunicações dispunham de meia hora para a exposição, e os debates em certos painéis ocuparam hora e meia. Outra peculiaridade: após as intervenções sobre o tema, cada um dos expositores dos demais painéis tinha direito a usar da palavra durante cinco minutos, antes de iniciado o período de perguntas e respostas.

Seria pretensioso e inútil, num breve comentário como este, entrar na apreciação das comunicações apresentadas ao plenário, até porque o leque dos temas abordados foi amplíssimo. Mas afigura-se-me útil informar que o economista francês François Chesnais – autor de uma obra que corre mundo, *A Mundialização do Capital* – definiu o modelo neoliberal anglo-americano como um dos mais bárbaros e instáveis até hoje gerados pelo capitalismo. Chesnais lembrou em Porto Alegre uma evidência por vezes esquecida: a globalização do capital é "uma configuração particular do imperialismo". Essa globalização financeira, como elemento constitutivo decisivo do atual regime de acumulação explica o medo dos dirigentes do G-7 cada vez que irrompem na periferia crises financeiras do sistema como a do México, a da Ásia Oriental, a da Rússia, a do Brasil. A simultaneidade de duas dessas crises em áreas diferentes poderia provocar uma situação igual ou mais grave do que a de 29. Daí a preocupação de Washington e dos outros beneficiários do sistema em conter, cus-

INTERNACIONAL

Debate criador sobre a globalização neoliberal



Revista Hikka

te o que custar, os efeitos das crises financeiras que o abalam aqui e ali. O preço social não é levado em conta. O recurso à guerra é encarado com a mesma frieza com que se discute a desvalorização de uma moeda ou uma alteração da taxa de juros...

A simples presença de João Pedro Stédile – coordenador do Movimento dos Sem Terra – no debate sobre a Agricultura e a Revolução Tecnológica é por si só esclarecedora da preocupação dos organizadores em fazer do Seminário um fórum de debates que estabelecesse a ponte entre os grandes problemas sociais do Brasil e os desafios que a globalização neoliberal coloca à humanidade no final do milênio, ameaçando a sua própria continuidade.

Outra área de convergência entre o particular e o universal, foi o fascinante painel que tinha por título "Fim do tra-

balho ou do emprego?" O plenário acompanhou, empolgado, as exposições de dois professores da Universidade de Campinas, especialmente a de Ricardo Antunes, e a do jovem economista belga Thomas Gounet. A discussão do tema "A construção de uma saída para a crise" constituiu um momento alto de um Seminário em que a serenidade e o rigor científico não foram prejudicados quase nunca pelas opções ideológicas dos intervenientes.

Uma nota pessoal para terminar. Foi para mim gratificante o calor, direi mesmo o sentimento, com que o plenário reagiu quando, em intervenções diferentes, falei do significado da reforma agrária em Portugal e da luta dos trabalhadores alentejanos, e responsabilizei o sistema de poder dos EUA pela tragédia de Timor-Leste, prestando homenagem à saga vitoriosa do heróico povo maubere.

Juventude cubana em luta contra a agressão imperialista

Julio Martinez, vice-ministro da Juventude de Cuba, segundo secretário da União de Jovens Comunistas de Cuba (UJC) e membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (PCC) esteve no Brasil, no início de novembro.

A UJC é a organização de vanguarda dos jovens cubanos e conta com mais de 450 mil militantes em mais de 40 mil organizações de base. Tem forte relação com as organizações estudantis – com a Organização de Pioneiros José Martí (que reúne jovens até 14 anos), a Federação dos Estudantes do Ensino Médio e a Federação Estudantil Universitária.

O trabalho de formação político-ideológica dos jovens cubanos – a formação comunista das novas gerações – é a tarefa principal que a UJC está desenvolvendo no momento. Esse trabalho procura atingir cada militante e fazer com que o jovem cubano conheça os objetivos da revolução e os desafios que ele tem diante do país para a continuidade do processo revolucionário. O outro trabalho da UJC é a preparação dos militantes para ingressar no PCC.

Luta contra o bloqueio

Recentemente as organiza-

ções de massa de Cuba – estudantes, juvenis, de gênero e sindicais, dentre outras, entraram com uma ação judicial exigindo reparação por danos humanos contra o governo dos EUA. As entidades comprovaram em juízo que o verdadeiro interesse dos EUA é o de derrubar a revolução por meio do sofrimento do povo. Na ação foi demonstrado que mais de 3 mil cubanos morreram nos últimos 40 anos e que há mais de mil mutilados – tudo como resultado direto do processo intervencionista ianque. A ação pede uma indenização material e nela são descritas uma série de atrocidades cometidas pelos EUA: ter-

rorismo, tentativas de assassinato de dirigentes cubanos, introdução de doenças e pragas na ilha, armas biológicas e outros meios violentos utilizados pelo agressor imperialista. Também a Assembleia Nacional do Poder Popular (Parlamento) aprovou uma proclamação declarando o bloqueio como um ato de genocídio cometido pelo governo dos EUA contra o povo cubano.

O dirigente cubano reforçou a importância da participação dos jovens brasileiros no XII Congresso Latino-americano de Es-

tudantes, que será realizado de 1º a 4 de abril de 2000 em Havana, promovido pela Oclae (Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes). Será um momento privilegiado para o jovem latino-americano condenar as políticas neoliberais dos governos que seguem as posições norte-americanas e fortalecer a unidade da luta antiimperialista. Será, também, um espaço propício para coordenar as iniciativas dos estudantes de cada país, estreitar os laços de amizade e solidariedade entre todos e promover o intercâmbio entre as juventudes e organizações estudantis da região.

CDM
Congresso da Oclae
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

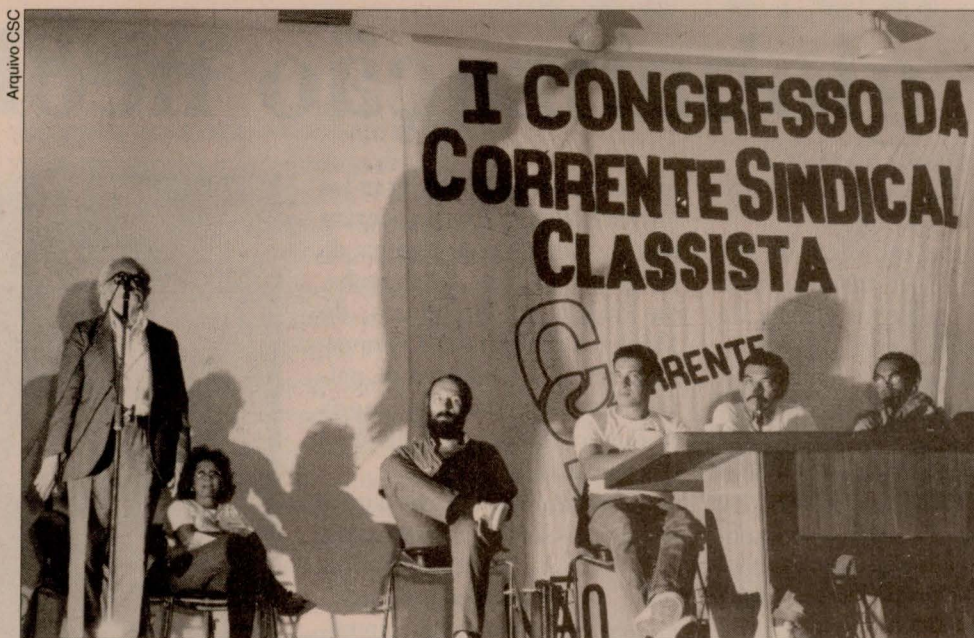
4º Congresso da CSC: mudanças e princípios

SERGIO BARROSO*

Os dez anos de construção da Corrente Sindical Classista (1989) significaram um novo momento de reorganização do sindicalismo anticapitalista militante no Brasil. Foram anos de grande esforço renovador dos objetivos da tradição sindical marxista, também porque nascente numa década de grandes vicissitudes do mundo do trabalho e de evidentes dificuldades para a afirmação da legítima cidadania operária. Simultaneamente a um reaprendizado político do trabalho de frente única, na Central Única dos Trabalhadores – desde 1991. Reaprendizado, vez que se configurou um quadro historicamente singular na luta pela hegemonia do movimento operário e sindical no país. Onde – na resultante dos indelével combates para a destruição da ditadura militar – distinta disposição de forças (e correntes) ideológicas espalharam-se à esquerda. Na transição dos anos 70 para os 80, emerge um novo ciclo das lutas sociais no Brasil, marcado pela crescente pluralidade política, esta se desdobrando na reconstrução da inserção sindical.

Por isso mesmo, não se deve subestimar o papel impulsionador da CSC na elevação da consciência política dos círculos sindicais que formam opinião entre os trabalhadores, bem como sobre as lutas de resistência das massas mais avançadas, em particular nos sindicatos sob sua influência. Em primeiro lugar, porque a emergência da Corrente se dá em meio à mais tempestuosa batalha ideológica ocorrida desde a ascensão nazifascista antecessora da II Guerra Mundial. Com efeito, já iniciado o ataque multilateral do neoliberalismo – no capitalismo central – aos trabalhadores, sobreveio o colapso político dos países do Leste da Europa e a desintegração da URSS: a crise do socialismo (e do marxismo). Em segundo, porque também no Brasil os anos 90 foram esculpidos à brasa viva sobre os ombros dos proletários e demais trabalhadores; podendo-se afirmar que, neles, sofremos derrotas sindicais, trabalhistas e sociais tendo o desemprego e o empobrecimento das grandes massas alcançado níveis impensáveis. Estudo recente de C. Dedecca mostra que, no Brasil, entre 1989 e 1998, houve redução de 50% do emprego industrial, de 30% nos salários e de 23% da massa de salários no produto industrial.

Num outro patamar, organizou-se dando vivas ao neoliberalismo a chamada Força Sindical (1991), nascente com discursos de “despartidarizar os sindicatos”; tendo, ano passado, ajudado a eleger seu autor (L. Medeiros) deputado federal pelo PFL. É sindicalismo que vive à cata de recursos públicos/patronais, com seu presidente tratando publicamente diretores da FIESP de “companheiros”; que manobra



João Amazonas, presidente do PCdoB, saúda o I Congresso da CSC, em 1989

em mobilizações específicas ou sai da descarada adesão quando qualquer governo entra em declínio.

Devemos assim declarar que vimos persistindo na trilha da resistência ativa, frente às tentativas de liquidação dos direitos dos trabalhadores, ao tempo em que, em nenhum momento, abandonamos nossa inspiração socialista verdadeira; nem nos ilude saídas de remendo do Estado burguês – em decomposição histórica. Ao contrário, a CSC tem insistido na perspectiva do socialismo renovado, não se imaginando dando trégua à alternativa estratégica de aliança com o capital (da social-democracia), tampouco aceitando o sectarismo desagregador de variantes do trotsquismo. Problemas que, afinal, dizem respeito ao desenvolvimento objetivo de uma das faces da luta de classe.

Nesse processo, um balanço geral do trabalho da CSC destaca bem mais avanços e crescimento do que retrocessos e limitações. No entanto, ao colher lições desta etapa, devemos ir tirando conclusões do exame das transformações que vivenciamos: mudanças na dinâmica capitalista e enormes entraves para a atividade sindical. Ao lado da verdadeira guerra ideológica que se projeta com uma força imensa na viragem deste século.

O sentido das mudanças

No estudo aprofundado das metamorfoses do sistema capitalista, coincidências e diferenças podem ser destacadas das mudanças ocorridas em fins do século passado (passagem ao capital monopolista, o imperialismo) e deste (dominância-expansão financeira, ou “financeirização”). De significados distintos, na primeira, a transformação no núcleo tecnológico (da II Revolução Industrial) impulsionou este modo de produção a uma outra fase de

qualidade superior. Assim, pode-se ver ali, simplificada: a) mudança na base técnica-produtiva capitalista, aparecendo novas profissões e progressivo incremento do trabalho vinculado às funções públicas e estatais; b) conglomeração (sindicatos gerais) e nacionalização (sindicatos nacionais) de grande parte das estruturas sindicais; nova estrutura, ação e estratégia sindicais desdobraram-se do então denominado “novo sindicalismo” inglês, de evolução similar na Europa (Hobsbawm, 1983; Cole, 1974).

Na atualidade, quando é correto considerar inconclusa a III Revolução Industrial (baseada na microeletrônica, biotecnologia e novos materiais), aparecem particularmente desde meados dos anos 80: a) desverticalização da produção, com foco em atividades competitivas e produtos novos e diversificados; b) mudança da base técnica de produção; c) alteração na organização da produção, com redução das plantas, terceirização/rede de fornecedores; c) redução das hierarquias internas do trabalho, trabalho em ilhas, com maior “qualificação” no núcleo estável; d) formas “participativas” em decisões empresariais, incentivos remuneratórios por metas de produção. Há imediata redução no emprego direto, no direto na produção, no de controle de qualidade/manutenção/administração-controle de estoques, no de segmentos administrativos/supervisão, e do emprego regular em atividades secundárias como segurança/limpeza/alimentação/transporte (M. Pochmann: “O trabalho sob fogo cruzado”).

Do capitalismo central (chegando ao periférico e dependente), as tendências das mudanças se conjugam a uma articulada política da grande burguesia, impondo ao trabalho: (i) predomínio das negociações descentralizadas (por empresa) ou fragmentadoras do poder das estruturas sin-

dicais nacionais ou centrais; (ii) negociações das classificações ocupacionais – antes definidora da função e do nível hierárquico do trabalho – passam a ser “genéricas”, flexibilizando-as em compatibilidade aos objetivos da produção; c) generaliza-se a remuneração por produção individual – ao invés da complexa determinação institucional anterior dos salários – vinculando-a a resultados das empresas; d) a modulação da jornada de trabalho – semanalidade ou anualidade, ao invés da semanalidade – para eliminação do tempo morto de trabalho e equipamentos, flexibilizando-a, portanto (Dedecca: “Racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado”).

Esse quadro se processa à luz de uma crise capitalista estrutural, acentuada por uma exclusão social nunca vista em sua história – revelando a plenitude da formulação decisiva de Lênin sobre o duplo movimento do capitalismo: decomposição e desenvolvimento. Todavia, é incorreto deter-se apenas no caráter “destrutivo” ou “regressivo” como efeitos da atual crise capitalista: a interpretação dialética aponta, no exame de conjunto, o estágio de negação da negação – onde o regresso (ao velho) é apenas aparente, expressando momentos da conexão (ao novo).

Portanto, num breve roteiro para a nossa discussão, a atualidade dos princípios do sindicalismo classista deveria levar em conta: a) a necessidade da **tática política** levar em conta vários movimentos para desbaratar as forças internas de sustentação do neoliberalismo: ocorre desmontagem do Estado-Nação, com substituição do trabalho assalariado formal por formas desfiguradas; b) o destaque da **estratégia socialista** revolucionária volta a se constituir como questão-chave, diante das manifestações de “abandono sindical” da perspectiva transformadora; c) é indissociável a luta pela **unidade** do movimento sindical da conquista de sua **hegemonia**; d) adquire urgência a **organização sindical** das novas ocupações e profissões que vêm aparecendo, assim como a concentração de estruturas sindicais; e) a luta pela **redução da Jornada de Trabalho** (35 horas semanais) só terá consequência se associada à políticas econômicas desenvolvimentistas; f) é inteiramente justa a adoção da consigna “**direitos não se negociam**” (pois são para ser cumpridos) – na medida em que a redução dos custos do trabalho é alvo central, imposto pela desesperada concorrência intercapitalista; g) amadurecem exigências para práticas **internacionalistas** mais sólidas – com o campo sindical classista que busca se recompor.

*da direção da CUT e da coordenação da CSC

II Encontro Frente à Globalização defende espaços de unidade

Realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro (1, 2 e 3 de setembro) e organizado pela CUT, o II Encontro Frente à Globalização e o Neoliberalismo, deliberou que, “sem prejuízo dos fóruns sindicais que referenciam cada um de nós, é de fundamental importância fortalecermos também espaços amplos e unitários como este, dando prosseguimento aos nossos encontros e avaliando ainda a possibilidade da constituição de redes em nível continental e mundial para troca de informação e coordenação de atividades que auxiliem a luta contra o neoliberalismo”. Nesse, declara ainda a condenação à política “de dar-me” mundial praticada pelos EUA e condenado o intervencionismo bélico da OTAN.

Centrais sindicais representativas de 20 países (Europa, Ásia e Américas) traçaram ainda um vivo e crítico painel dos impasses do neoliberalismo; identificando (em particular na América Latina) um crescente quadro de mobilizações e lutas dos trabalhadores, ou uma passagem ao combate mais aberto ao modelo da globalização a serviço do imperialismo norte-americano na região e em todo o mundo.

Segundo Sérgio Barroso, um dos coordenadores do evento, “percebemos também a disposição de levar adiante o combate anárquico e fragmentado das militâncias do sindicalismo classista, que fizeram grande esforço para aqui estar presentes”.

A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020
São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140
Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

- Pagamento:
- cheque nominal
 - dinheiro
 - Cartão nº Validade
 - Vale postal nº
 - Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP

UF:

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Tel.: () _____

Profissão:

Correio eletrônico:

INTERNACIONAL

Os 10 anos da queda do Muro e a fadiga do neoliberalismo

DILERMANDO TONI

Depois da noite de 9 de novembro de 1989 o mundo não seria mais o mesmo. Caíra o Muro de Berlim que, durante quase 30 anos, foi um dos maiores emblemas da luta entre o capitalismo e o socialismo para uma grande parcela da população do planeta. O episódio evidenciou, naquele momento, a vitória do capitalismo e a crise histórica do socialismo. A partir dali, não houve ocasião nem lugar, em que a queda do Muro não fosse invocada pelos teóricos do neoliberalismo para tentar demonstrar que o capitalismo havia triunfado definitivamente.

Quase 10 anos após a queda do Muro, dia 10 de outubro, realizaram-se eleições em Berlim, envolvendo seus 2,47 milhões de eleitores. O Partido do Socialismo Democrático - PDS, originado do partido comunista da Alemanha de Leste, foi o mais votado na parte leste da cidade com 40,9% dos votos. Também melhorou substancialmente sua posição na parte oeste da cidade, o que lhe garantiu 33 cadeiras de deputados no parlamento de Berlim e representação em 19 das 23 administrações locais. Por isso o PDS foi considerado o grande vencedor das eleições de Berlim. O Partido Social Democrata Alemão - SPD do chanceler Schröder, que tem aplicado as orientações neoliberais, saiu derrotado, mostrando o rápido desgaste da rósea fantasia intitulada 3ª Via.

Tal foi o impacto que a *Gazeta Mercantil* de 17 de outubro comentou que o "desgosto com o presente, temor do futuro e desejo pelo passado é o sentimento da moda em Berlim" e que a forma de manifestar esse descontentamento foi votar no PDS. O estado de espírito da população é de infelicidade ou *ostalgie*, como os alemães a chamam. Em curto espaço de tempo, uma taxa de desemprego oficial de 15,8%, o endividamento de US\$ 10 mil por pessoa, a estagnação econômica, entre outros índices alarmantes de Berlim, se encarregaram de pôr fim à euforia do sonho consumista alimentado pelos vultosos investimentos subsidiados nas imensas lojas de departamento, grandes luzes de neon e muita cor com os quais se procurava contrastar a vida em branco e preto do outro lado do Muro. Hoje, o grande empreendimento ideológico do capital internacional, que foi Berlim ocidental, encontra-se diante de uma tragédia iminente.

Os dez anos da queda do Muro de Berlim coincidem com os vinte anos que o neoliberalismo começou a ser posto em prática. Os alvos do ataque foram os postulados da regulação estatal keynesiana, já incapaz de minorar os efeitos das profundas crises vividas pelo sistema capitalista, bem como a planifi-

cação econômica do socialismo que passava por uma crise histórica. Em outubro de 1989 vinha à lume a orientação do Banco Mundial conhecida como Consenso de Washington.

Hoje a situação é bem diferente. A **fadiga do projeto** não se restringe a Berlim mas está presente por toda a parte e sua aplicação continuada vai deixando um rastro de profunda destruição. É o que mostra o balanço dos **seis grandes postulados** que serviram para a afirmação neoliberal.

1 - O discurso anti-monopolista. Os neoliberais, a deduzir pelo seu discurso enfático, são contra os monopólios. Na realidade são contra os monopólios do Estado porque querem ter a propriedade sobre eles para aumentar sua taxa de lucro. Hoje é **elevadíssimo o grau de monopolização** da economia por grandes grupos capitalistas privados nos quais o papel predominante cabe à oligarquia financeira internacional. Essa é a base, o fenômeno econômico mais importante do processo de globalização.

A monopolização privada se dá por duas vias: 1ª) o gigantesco processo de **fusões e aquisições** que acontece nos EUA, na Europa e no Japão e se espalha pelos países dependentes, em transações que em 98 envolveram cerca de 2,5 trilhões de dólares; 2ª) o intenso processo de **privatizações** no qual o Estado saneia suas empresas e depois financia a venda aos capitalistas privados, a preços e juros bem abaixo dos correntes.

O resultado é que as 500 maiores empresas do mundo - quase todas monopólios transnacionais - em 1998 tiveram receitas de US\$ 11,5 trilhões, aproximadamente 1/3 do PIB mundial. Dessas empresas, nada menos que 455 são americanas, européias e japonesas. A todo o resto do mundo cabem 45, das quais apenas 6 estão na América Latina. Cerca de 60% do faturamento mundial da produção de automóveis, de petróleo, aeroespacial e de computadores são dominados pelas 5 maiores empresas de cada setor. A **concorrência entre os monopólios** é hoje largamente predominante sobre a **livre concorrência** capitalista;

2 - O discurso do Estado-mínimo, não intervencionista, que deixasse o mercado agir livremente para equilibrar a economia. Mas seria esse mesmo o propósito dos neoliberais se nos países de capitalismo desenvolvido os Estados estão cada vez mais fortes? Há intervenções no câmbio, no subsídio à agricultura, nas isenções de impostos, no protecionismo crescente no comércio exterior através de taxações, de cotas etc. Há igualmente um crescimento generalizado do endividamento público como consequência das mil maneiras pelas quais o Estado financia mais e mais os monopólios. O insuspeito econo-

mista inglês John Gray, no seu recente *Falso Amanhecer*, faz um balanço do neoliberalismo desde Thatcher e conclui que o Estado britânico não encolheu, ao contrário, houve a centralização do Estado.

Fortaleceram-se os mecanismos de intervenção econômica e política estatal conjunta em plano internacional: FMI e Banco Mundial, ONU e OTAN. Os Estados que se enfraqueceram foram os dos países dependentes. Argumentava-se que sob o Estado de Bem-Estar havia muita intervenção na economia. **Hoje ela é até maior, só que muito mais canalizada para os monopólios**, sem qualquer tinteira de preocupação com o social. O Estado japonês, por exemplo, vem injetando bilhões de dólares no seu sistema financeiro para retirá-lo da crise;

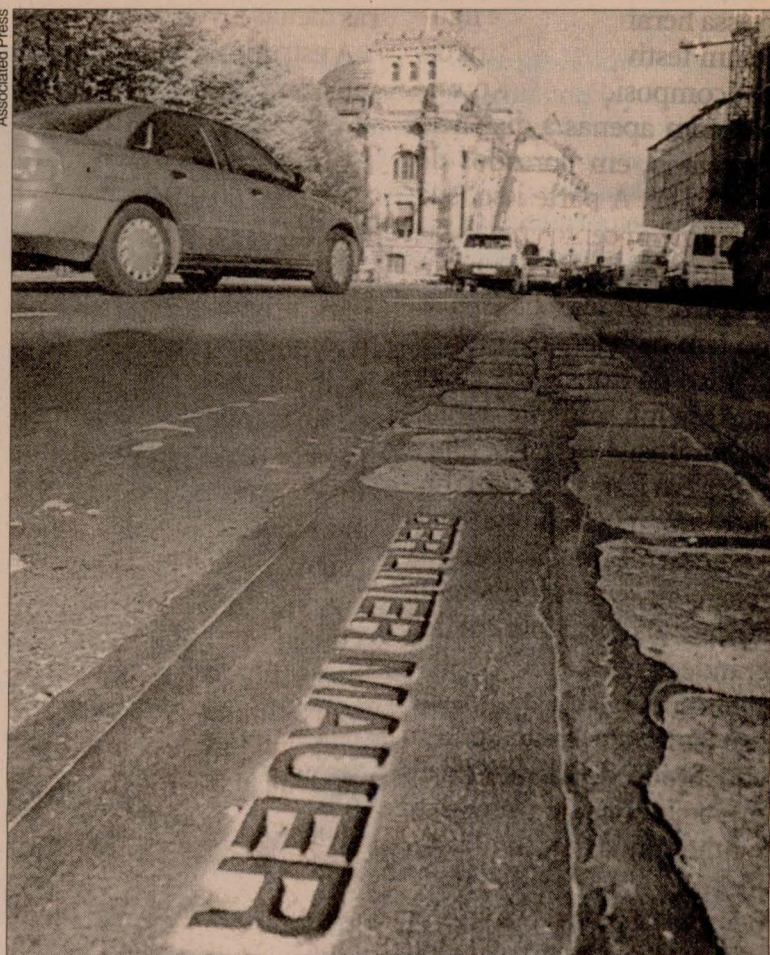
3 - O discurso de um novo paradigma de desenvolvimento. O neoliberalismo foi incapaz de produzir o tão propagado surto de desenvolvimento. Nos países do G-7 o crescimento médio da década que se encerra não deve atingir os 2%, confirmando a tendência de queda do crescimento a partir dos anos 60. O sistema está estagnado e o que cresce nele é a especulação financeira, mecanismo com que se movimentava uma enorme quantidade de capital fictício.

Em lugar da estabilidade temos assistido à repetição de graves crises. Ainda não foram superados os estragos feitos pela crise recente que se espalhou por vários países asiáticos, pela Rússia, atingiu em cheio a América Latina e, entre os mais desenvolvidos, o Japão.

O relatório da Organização Internacional do Trabalho do ano passado diz que do total da força de trabalho mundial de 3 bilhões de pessoas, 150 milhões estão em situação de desemprego aberto e entre 750 milhões e 900 milhões estão sub-empregadas.

O relatório do Banco Mundial divulgado em setembro diz que o número de pessoas que vive com menos de US\$ 1 por dia passou de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão em 1999. Dos 4,4 bilhões de habitantes que vivem em países mais pobres, cerca de 60% não têm acesso a condições básicas de saneamento e 20% das crianças morrem antes de completar cinco anos de idade.

O Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano de 1998 constata o crescimento da concentração da riqueza no mundo: "em 1960 os 20% da população mundial vivendo nos países mais ricos tinham uma renda 30 vezes superior aos 20% dos países mais pobres. Em 1995, sua renda era 92 vezes superior." A fortuna das 3 pessoas mais ricas do mundo ultrapassa o PIB somado dos 48 países mais pobres. Lester Thurow, em seu novo livro, *Building Wealth*, reconhece que a desi-



Rua sinaliza o local onde ficava o Muro de Berlim

gualdade de renda nos EUA é a maior do mundo desenvolvido. Em 1998, 189 pessoas concentravam em suas mãos US\$ 738 bilhões, algo como o PIB brasileiro

4 - O discurso de um novo patamar de relação entre os países. Com um mundo globalizado, povos, países e nações passariam a se relacionar em outro patamar, mais homogêneo e bom para todos que, aproveitando dos avanços tecnológicos, adotassem a liberdade de comércio, promovessem a livre circulação do capital etc. Um mundo multipolar e distendido em que estariam superados os princípios da independência e da autodeterminação das nações.

Mas os países ricos se protegem cada vez mais. Os dependentes que abriram suas economias ficaram com a soberania comprometida, com setores estratégicos desnacionalizados. Houve a generalização dos desequilíbrios das contas externas com crescentes déficits nos balanços de pagamentos. O crescimento das dívidas externas tornou os países mais vulneráveis aos ataques especulativos e aos desajustes econômicos internacionais. Nesse processo é que se deu a reafirmação da hegemonia norte-americana;

5 - A falsa defesa da democracia e dos direitos humanos. Nos EUA, que se proclamam o maior defensor dos direitos humanos, diz J. Gray no *Falso Amanhecer*: "no começo de 1997, aproximadamente um em cada 50 homens norte-americanos adultos estava atrás das grades e cerca de um em cada 20 estava em liberdade condicional ou *sursis*". Os EUA, auto-proclamados responsáveis pela segurança internacional, promovem guerras "limpas" por toda a parte, destruindo países, matando milhares de

civis. O que tem de humano o bloqueio que os EUA mantêm a Cuba e ao Iraque, que tanto sofrimento e morte tem trazido às populações daqueles países?

O neoliberalismo implantou reformas políticas antidemocráticas por todo o mundo. De uma maneira geral há uma hipertrofia do poder Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Assim é que surgiram as cláusulas de barreira eleitoral, a fim de tentar impedir que forças políticas anti-neoliberais pudessem se expressar. Por outro lado, o movimento sindical dos trabalhadores foi alvo de poderosa ofensiva por todo lugar, para dividi-lo ou para aniquilá-lo simplesmente;

6 - Por último o discurso de que o socialismo havia acabado. Não é o que indica a comemoração dos 50 anos da revolução chinesa completados vitoriosamente no dia 1º de outubro. Cuba, Vietnã e outros países continuam resistindo e procurando seus caminhos de construção socialista. Partidos comunistas em vários países do mundo, entre os quais se inclui o Partido Comunista do Brasil, vêm fazendo um grande esforço para analisar a experiência passada de construção do socialismo a fim de revitalizar a proposta socialista.

O que cresce é a desilusão com o projeto neoliberal cujo significado para muita gente não é mais modernidade e sim regressão. Agora, nos 10 anos de queda do Muro, no fechamento da década e do século, o centro do debate se transferiu da crise do socialismo para a crise do capitalismo e a fadiga do neoliberalismo. As alternativas progressistas para sua superação são a grande questão do momento.

Leia a íntegra deste artigo na página do PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>

FORMAÇÃO

Investir na formação classista

Importante esforço deve ser dispensado hoje, por parte de todos que batalham em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, à formação política. Não se trata de um mero complemento ao trabalho cotidiano, mas de um investimento indispensável à retomada da ofensiva democrática e popular no país.

Por isso, tem papel destacado o projeto do Instituto Maurício Grabois (IMG) e do Centro de Estudos Sindicais (CES) em elaborar um Curso Básico em vídeo, composto de módulos com duração de 20 minutos, acompanhados de apostilas e orientação para mini-cursos. Ele tem por centro a formação brasileira, a encruzilhada em que está o país sob o rumo neoliberal e as soluções avançadas que norteiam as forças progressistas. Com essa temática, dispõe-se a estimular o maior conhecimento da história de lutas de nosso povo, infundindo valores patrióticos, libertários e classistas na formação da consciência militante.

Representa assim uma importante iniciativa no sentido de participar criticamente das comemorações dos 500 anos de Brasil. Aliás, seu título é **Brasil, outros 500!** O primeiro módulo já está pronto, versando sobre o tema **De quem é o Brasil?** Conta com a participação dos atores Francisco Milani e Gianfrancesco Guarnieri, e trata de uma análise da realidade brasileira e suas classes sociais.

O curso está voltado para a formação de base, com critério de qualidade compatível com o papel desempenhado pela televisão na atualidade. Com essa iniciativa, o IMG fornecerá um instrumento organizador do trabalho de formação de base. Já está previsto o treinamento de monitores, permitindo a estruturação desse trabalho em todo o país simultaneamente.

Ao mesmo tempo, trata-se de um projeto avançado para todas as entidades populares, notadamente sindicais. O



Walter Sorrentino, da direção do PCdoB, e o ator Gianfrancesco Guarnieri

CES formará convênios com as entidades interessadas em desenvolver o trabalho de formação nas bases das entidades.

Tal projeto só pode vingar com o apoio e iniciativa dos próprios trabalhadores. Desse modo, o IMG e o CES estão disponibilizando o projeto às entidades classistas, na esperança de viabilizar sua produção. Outras iniciativas também estão sendo tomadas: já houve contribuições individuais de gente entusiasmada do projeto, e em São Paulo está sendo feito um bônus para a venda direta das fitas aos interessados. Mas o fundamental é que as entidades ajudem a viabilizá-lo como investimento em formação política. Estão sendo vendidas cotas, que dão direito à veiculação do projeto, com 100 fitas e apostilas, personalizadas para a

entidade. Os interessados devem entrar em contato com o CES (0__11 2891496), com Antonia; ou com o IMG (0__11 31073093), com Arli.

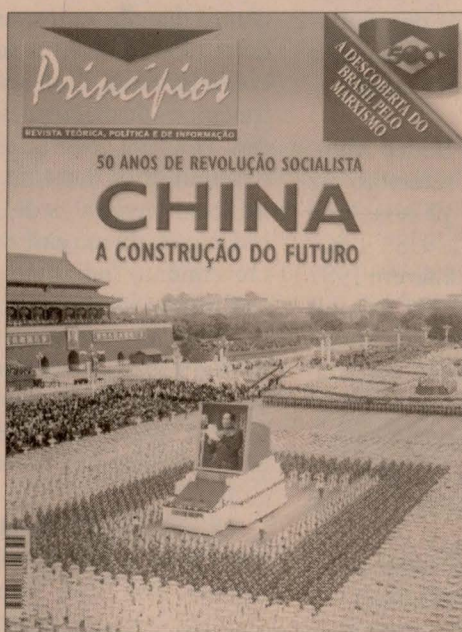
Outra iniciativa com a mesma finalidade é a **Agenda Brasil outros 500!**, projeto do IMG com a Editora Anita Garibaldi, baseada em trabalho de Bernardo Joffily. Trata-se de um ótimo instrumento para marcar a passagem para o último ano do século, apresentando amigos e fazendo campanhas promocionais de filiação sindical. Agenda e vídeo serão lançados em evento público, dia 18 de novembro, às 19 horas, no Sindicato dos Hoteleiros de São Paulo, à Rua Taquá (próximo à estação São Joaquim do Metrô). Será uma oportunidade para todos os interessados conhecerem o projeto e ajudarem a viabilizá-lo.

Socialismo, Brasil e cultura em *Princípios*

O número 55 da revista *Princípios* está circulando com capa alusiva ao meio século da proclamação da República Popular da China. O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA), no artigo "Cinquentênário da Revolução Chinesa realça controvérsias", mostra que a mídia ocidental trata aquele país com o preconceito estratégico do império norte-americano e explicita as conquistas do povo chinês e as peculiaridades de seu caminho socialista adotado nas últimas cinco décadas – ocultadas também pela imprensa brasileira.

A revista publica na íntegra o manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*, apresentado pelo conselho da Frente democrática e popular à sociedade. O manifesto é assinado por João Amazonas, Luís Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Miguel Arraes, José Dirceu, Aziz Ab'Saber, Oscar Niemeyer, Celso Antônio Bandeira de Melo, Eros Grau e outras personalidades (veja trecho do documento na página 12 da *Classe*).

Dando seqüência à abordagem das questões urbanas, o presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, Inácio Arruda (PCdoB/CE), expõe o histórico e os elementos do Estatuto da Cidade – um projeto de lei que visa regulamentar os dispositivos constitucionais sobre política para as cidades. O Estatuto contempla a luta pela



função social da propriedade urbana e pode ser um instrumento para a gestão democrática das regiões metropolitanas brasileiras.

Na pauta dos 500 anos do Brasil, *Princípios* 55 continua debatendo as visões sobre a nossa história, com o artigo do jornalista José Carlos Ruy "Os primeiros passos da interpretação marxista no Brasil", destacando a embrionária assimilação do marxismo pelos autores dos anos 20 e 30 como Caio Prado Jr, Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. Bernardo Joffily ilus-

tra, em dez imagens, a marca do povo brasileiro em seus cinco séculos: o trabalho. Ainda na seqüência da história, Manuel Correia de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco, discorre sobre o movimento libertário de 1848 no Recife, que ficou conhecido como a Revolução Praieira.

Goiandira Ortiz de Camargo escreve um belo ensaio sobre a obra do poeta sulmatogrossense Manoel de Barros; Adalberto Monteiro comenta o novo livro de Ferreira Gullar, *Muitas Vozes*; e o deputado federal Aldo Rebelo expõe as razões que o levaram a defender o idioma português por meio de um projeto de lei apresentado à Câmara Federal.

O escritor e jornalista Miguel Urbano Rodrigues comenta o que chama de 'crise do processo civilizatório' em seu artigo "As perspectivas da Humanidade na viragem do milênio". O veterano militante comunista afirma: "A criação de uma sociedade humanizada em nível planetário depende antes de mais uma revalorização da teoria que possa fecundar uma práxis nova capaz de mobilizar a consciência e as energias dos povos."

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, fones: 0__11 289-1331, 3266-4545, 4312. Correio eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br

Pós-graduandos debatem "Educação, ciência e soberania nacional"

FÁBIO PALÁCIO

Tendo como tema central "Educação, Ciência e Soberania Nacional", realizou-se, de 8 a 12 de outubro em Ribeirão Preto/SP, o XIV Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG. Participaram cerca de 70 congressistas, sendo 50 indicados por 18 associações de pós-graduandos – APGs – de todo o país.

A pós-graduação passa hoje por grave crise, devido ao desmonte levado a cabo pelo governo federal. Os cortes de gastos atingem diretamente as áreas de Educação e Ciência & Tecnologia (C&T), que requerem elevados investimentos do poder público. Nesse contexto, o tema do congresso se colocou numa perspectiva bastante avançada. As áreas de Educação e C&T são estratégicas para um desenvolvimento soberano, harmônico e auto-sustentado, pois impactam na agregação de valor a produtos e processos e, portanto, na geração de renda e no bem-estar social da população.

O Congresso contou com a presença de personalidades como os deputados federal Aldo Rebelo e estadual Jamil Murad (PCdoB-SP), o ex-deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), Wadson Ribeiro (presidente da União Nacional dos Estudantes), Adão Vila-Verde (presidente do Fórum de Secretários de C&T), dentre outros.

Presença da UJS

A União da Juventude Socialista encabeçou a proposta "ANPG de Cara Nova", em torno da qual formou-se um bloco com cerca de 20 delegados e recebeu o apoio de diversas APGs como PUC-SP, USP-Capital, UFRJ, UFRGS, FGV, Unimep, Unesp, UFLA, UFPR, INPE e IMPA. Praticamente todas as propostas da tese "ANPG de Cara Nova" foram aprovadas. A exceção deu-se no debate sobre a autonomia universitária. A decisão foi remetida para um grupo de trabalho.

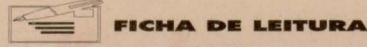
A principal polarização do Congresso deu-se entre o bloco ANPG de Cara Nova e o bloco composto por diversas forças da chamada "esquerda do PT". Os dois setores acabaram formando chapa única, reforçada pela necessidade da unidade para enfrentar o desmonte da pós-graduação. A chapa fez 19 dos 22 diretores, ficando o bloco ANPG de Cara Nova com 1/3 da diretoria (7 diretores, sendo 4 da UJS) e 50% da diretoria executiva.

Desafios da nova direção

Foram eleitos dois coordenadores: Felipe Chiarello (PUC-SP) e Alexandre Rosas (UFPE), sendo o primeiro deles apoiado pela UJS. Os novos diretores da UJS na ANPG são Reinaldo dos Santos (Unesp-Franca, tesoureiro), César Bueno (UFPR, dir. administrativo), Josberto Rodrigues (USP-Capital, dir. de C&T) e Frederico Livita (UFLA, regional MG-RJ).

A tarefa dos novos diretores será dupla: construir uma ANPG mais forte, politizada e representativa, e persistir na consolidação, no âmbito da documentação de uma memória socialista que desenvolva opiniões bem fundamentadas sobre as grandes questões científicas, tecnológicas e educacionais.

FORMAÇÃO



O imperialismo, etapa superior do capitalismo – Lênin (3ª parte)

[Obras Escolhidas, tomo I, págs. 575 a 671]

DILERMANDOTONI

O mundo dividido

1 - Os monopólios e as potências imperialistas partem e repartem o mundo

Nos capítulos V e VI Lênin procura ver os desdobramentos, ainda no plano econômico, do crescimento dos monopólios. Eles dominam o mercado interno de seus países de origem e, em seguida, esses países, as potências imperialistas, passam à dominação do mercado mundial. Tal foi o caso da indústria elétrica na Alemanha onde a AEG/Siemens conseguiu o domínio do mercado interno e se expandiu através dos investimentos externos para “34 representações diretas em mais de dez países”. O mesmo aconteceu com a GE nos EUA. Mais tarde as duas gigantes acordaram a divisão do mundo entre si o que, segundo Lênin, “não exclui, naturalmente, uma nova partilha, no caso de se modificar a correlação de forças em consequência da desigualdade do desenvolvimento, das guerras, dos craques etc.” (*O imperialismo ...*, pág. 628).

No caso da indústria do petróleo Lênin faz um interessante relato de como os capitalistas alemães, que perdiam a luta pela partilha do mundo para a Standard Oil dos Rockefeller, fizeram toda uma campanha para que o Estado alemão assumisse o monopólio sobre o petróleo, a fim de ajudá-los na luta contra os americanos, o que acabou por não se concretizar.

Depois disso Lênin descreve o que se passou na marinha mercante, nas ferrovias, na indústria do aço, do zinco e da pólvora, para concluir que “os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema de produção mercantil e no capitalismo”. (*O imperialismo ...*, pág. 631). E o que se passava ao nível dos grupos econômicos tinha seu reflexo nos grupos políticos, nos Estados. Estes também tratavam de repartir o mundo entre si.

Lênin constata o crescimento vertiginoso dos povos colonizados e da dimensão das possessões coloniais da Inglaterra, da França, da Alemanha e dos Estados Unidos e outras potências. Habitavam a Terra naquela época 1.657.000. Desse total, 930 milhões viviam em países colonizados. A conclusão de Lênin é que sobretudo a partir de 1880 “a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo.” (*O imperialismo ...*, pág. 633).

Os monopólios crescem e adquirem solidez quando reúnem em suas mãos terras que tenham matérias-primas fundamentais como minas de minério de ferro ou reservas de petróleo. Isso é o que explica a acirrada luta intermonopolista que Lênin assim descreveu: “quanto mais desenvol-

vido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.” (*O imperialismo ...*, pág. 637). Lênin complementa sua idéia dizendo que: “os interesses da exportação de capitais levam do mesmo modo à conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as ‘relações’ necessárias etc.” (*O imperialismo ...*, pág. 638).

Como fruto da luta pela partilha econômica e política do mundo pelas grandes potências Lênin analisa o tipo de países que vão se criando. “Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.” (*O imperialismo ...*, pág. 639). Com o desenvolvimento do capitalismo, com a intensificação das lutas anti-coloniais ao longo de décadas, esse tipo de **países dependentes** descrito por Lênin é que vai se generalizar.

2 - A polêmica com Kautsky

No início do capítulo VII faz um resumo do que havia escrito

nos capítulos anteriores e em seguida entra na polêmica com K. Kautsky. Dedicava importância a isto porque Kautsky havia sido uma referência importante, “o principal teórico marxista da época da chamada II Internacional, isto é, dos vinte e cinco anos compreendidos entre 1889 e 1914”.

Lênin julgava que a definição de Kautsky sobre o imperialismo “além de ser errada e de não ser marxista, serve de base a todo um sistema de concepções que rompem em toda a linha com a teoria marxista e com a atuação prática marxista”. Os pontos de vista de Kautsky levavam a que se ocultasse “as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo”. (*O imperialismo ...*, pág. 644).

Para Kautsky o imperialismo seria produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido e que toda a nação capitalista industrial tinha a tendência a submeter e anexar cada vez mais regiões agrárias. Lênin contra-argumentava que o “característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro [e ...] a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais [inclusive porque] faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia.” Além disso Lênin avaliava que a tendência do imperialismo não era somente para as anexações “pois no aspecto político o

imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação”. (*O imperialismo ...*, pág. 643).

Kautsky pensava também que do ponto de vista econômico poderia haver a união dos imperialismos de todo o mundo, quando o capitalismo atingiria uma nova fase: do ultra-imperialismo. Conseqüentemente não haveria mais guerras e lutas entre as potências imperialistas. Lênin avaliou que a idéia do ultra-imperialismo “leva a água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro *atenua* a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é *acentuá-las*.” (*O imperialismo ...*, pág. 646).

A idéia do ultra-imperialismo, a ingênua fábula de Kautsky como Lênin a chamava, cumpria o papel de desviar a atenção das profundas contradições existentes numa realidade de desproporção extrema na rapidez de desenvolvimento dos diferentes países, de condições econômicas variadíssimas, de luta furiosa entre os Estados imperialistas.

Para Lênin não se poderia acalentar a esperança de que a paz entre os povos viesse a imperar na ordem imperialista. “No terreno do capitalismo, – perguntava ele – que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colônias e das ‘esferas de influência’ do capital financeiro?” (*O imperialismo ...*, pág. 649).

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO



A ofensiva neoliberal

BERNARDO JOFFILY

À medida que a experiência soviética desmoronava, o capitalismo, sob comando norte-americano, passou afanosamente à revanche. O porta-estandarte do contra-ataque foi Ronald Reagan, presidente republicano dos EUA nos anos 80, secundado pela ultra-conservadora primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher e por Mikhail Gorbachev (ver o artigo 18) na própria URSS.

A desforra burguesa continua até hoje e tem alcance mundial. Por sua natureza e porte, assemelha-se à outra grande investida reacionária do século, a nazifascista, de 1922-43 (ver o artigo 12). Seus defensores chamam-na “globalização”, mas hoje ela é conhecida como ofensiva neoliberal. Pode ser definida como **a ofensiva geral do capital, e em especial dos EUA, em condições de renovação tecnológica e estag-**

nação produtiva.

O ataque geral da burguesia e dos EUA

Ofensiva, porque aproveitada a derrota temporária do socialismo e dos trabalhadores para assumir a iniciativa e ditar sua lei. Os lutadores pelo socialismo, mesmo se estão no poder, são forçados a usar estratégias defensivas, de resistência e acúmulo de forças.

Geral, porque o neoliberalismo não é um simples receituário econômico, ou econômico-social. Atua na política, mutilando direitos como a liberdade partidária e aprovando reformas conservadoras como o instituto da reeleição no Brasil, Argentina e Peru. Recorre à ação militar, como na Guerra do Golfo (1990-91), no bombardeio da Iugoslávia (1999) e várias agressões de menor porte. Manifesta-se na ideologia, através do “pensamento único” que orquestra a mídia planetária.



O ex-presidente Reagan

ria. Nada lhe escapa: é uma ofensiva em toda a linha.

Do capital, porque tem claro caráter de classe, da burguesia contra os trabalhadores. Desde 1917, e mais ainda após 1945, o sistema burguês tolera não poucas conquistas sociais (ver o artigo 13) por medo do socialismo: cederá os anéis para não perder os dedos.

Agora, quer os anéis de volta... Em toda parte, inclusive EUA, Europa e Japão, os assalariados perdem prerrogativas sociais, crescem a concentração de renda e a exclusão.

Em especial dos EUA porque o neoliberalismo não beneficia por igual todos os segmentos burgueses, privilegia o grande capital imperialista americano. Na chamada “globalização”, ele é o “globalizador”, os outros são os “globalizados”. As maiores vítimas são as nações dependentes, mas até a Europa e o Japão têm de engolir indigestos sapos, no incômodo papel de sócios minoritários em um mundo unipolar.

A ofensiva começa a dar sinais de esgotamento

Por fim, a ofensiva neoliberal é condicionada pela renovação tecnológica e a estagnação produtiva, que a um só tempo a impulsiona e a fragiliza. O impulso vem principalmente

do desemprego, que represa as lutas dos trabalhadores. Já a fragilidade vem da constatação – hoje estatisticamente demonstrável – de que a receita neoliberal não garante sequer uma fase de prosperidade burguesa. O bolo da riqueza não cresce. A fatia dos trabalhadores diminui. E a luta antineoliberal vai se impondo como única saída.

Assim, a ofensiva neoliberal perde ímpeto e dá sinais de esgotamento. Na Europa, quase todos os neoliberais assumidos já foram apeados do poder. Na Ásia, a crise de 1997 deflagrou uma onda de mobilizações e instabilidade política. E na nossa sofrida América Latina, talvez a maior vítima da onda neoliberal, a mudança é patente – seja na tendência das urnas venezuelanas, argentinas, uruguaias e chilenas, seja na Colômbia conflagrada ou no Brasil, México, Equador. Não é ainda o fim da ofensiva, mas são, sim, os prenúncios do fim.

Trecho da versão inicial do manifesto que será lançado no dia 18 de novembro propondo a formação de um Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho

Nunca o presente e o futuro do Brasil estiveram tão ameaçados. Jamais sofreu a nossa soberania as humilhações que ora suportamos. Vivemos momento crucial em nossa história. Ou os brasileiros dão um basta nesse processo de desconstituição da nação, ou o próprio futuro de nosso país estará comprometido.

Decididamente, está na hora de reverter tudo isto!

Precisamos reconstruir nossa nacionalidade! Cumpra retomar os caminhos abertos pelos que lutaram – quase sempre com o risco da liberdade e muitas vezes com o risco da própria vida – por democracia e justiça social. Contra poderosos interesses de banqueiros, megacorporações transnacionais, oligarquias políticas, contra sobretudo os interesses do capital financeiro que controla a economia global, nós, o Povo Brasileiro, dizemos BASTA!

Pela luta democrática nos locais de trabalho e nos sindicatos, nas escolas e nas igrejas, pelo protesto nas ruas, pelos abaixo-assinados, pela pressão dos movimentos sociais sobre os poderes públicos e os meios de comunicação.

Será esse o primeiro passo para construirmos uma grande frente nacional, popular e democrática, que levantará o país em um clamor cívico em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, para construir a democracia, acabar com a injustiça social e a dependência, unificando a maioria do país através de uma plataforma mínima, que se torne o ponto de partida para a aglutinação de todos os brasileiros comprometidos com o projeto de reconstrução nacional.

Por isso e para cumprir com tal compromisso, oferecemos ao debate o seguinte Programa Mínimo:

Defesa do Brasil

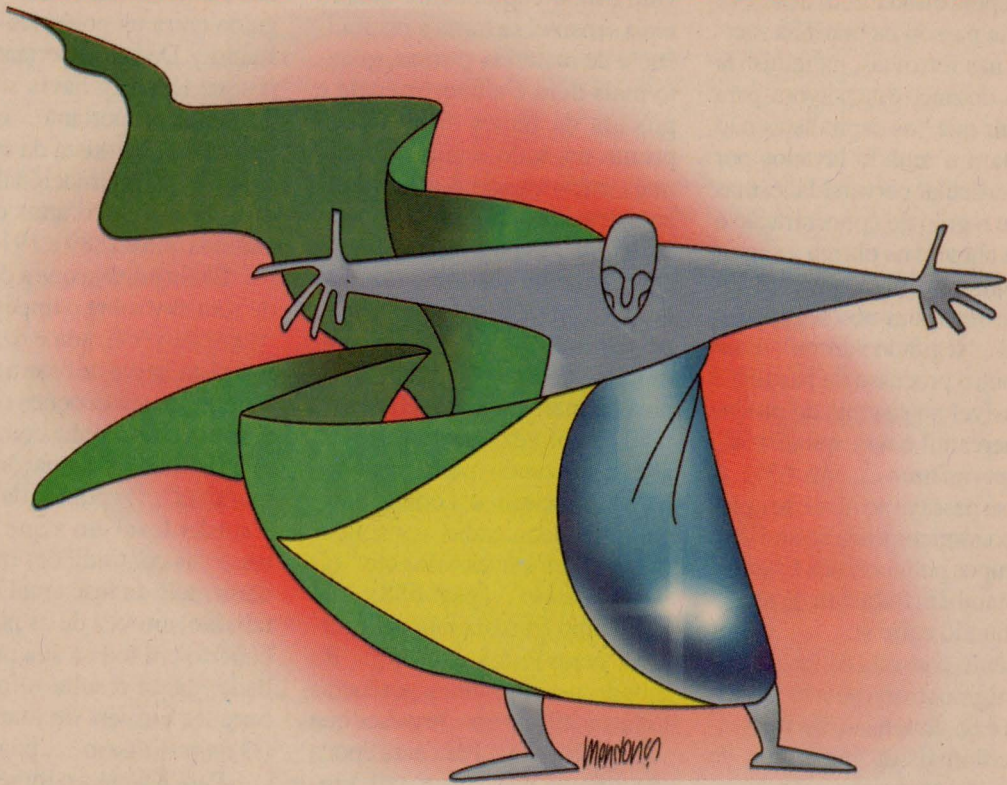
Denúncia dos acordos com o FMI, para possibilitar a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento. Renegociação soberana das dívidas interna e externa, para assegurar recursos para o novo modelo do país e a inserção soberana do Brasil na economia mundial.

Retomada do crescimento econômico a taxas compatíveis com as nossas possibilidades de investimento, nossas disponibilidades e limites de recursos naturais, bem como com as nossas necessidades de emprego; redução drástica das taxas de juros e recuperação do controle nacional sobre a moeda, o crédito e o balanço de pagamentos, tudo como parte de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável definido soberanamente pelas forças do trabalho e da produção. Esse novo modelo de desenvolvimento econômico compreenderá políticas nacionais de reestruturação agrícola, industrial, de comércio exterior e dos serviços públicos essenciais à nossa população, priorizando a defesa do meio ambiente.

O país soberano não admitirá a dolarização de sua economia

Política Externa soberana. Defesa dos princípios já consagrados de não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outros países; afirmação de nossa solidariedade com a luta pela autodeterminação dos povos e nações; contra as guerras de agressão e conquista e em defesa da ação política e da negociação como instrumentos de solu-

Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho



ção dos impasses entre nações.

Pelo desenvolvimento integrado da América Latina e seu fortalecimento para proporcionar políticas soberanas de nossos países; contra qualquer sorte de intervenção no continente ou presença de bases militares estrangeiras; fortalecimento do Mercosul como um dos instrumentos de resistência à Alca e à hegemonia norte-americana.

Denúncia da Alca como instrumento inibidor do desenvolvimento da América Latina.

Defesa da comunidade de países de língua portuguesa.

Auditoria dos processos de privatização e, a partir dos seus resultados, a adoção das medidas cabíveis que assegurem a soberania nacional e os interesses do povo brasileiro.

Reforma tributária que amplie a base de incidência de tributos e sua progressividade sobre os mais ricos, reduzindo a pressão sobre o setor produtivo gerador de empregos e, de outra parte, onerando a especulação, os monopólios, os oligopólios e as grandes fortunas, rendas, heranças e patrimônios líquidos não declarados, combatendo a evasão e desestimulando a guerra fiscal entre as unidades federativas.

Defesa da democracia

Restabelecimento do pacto federativo e renegociação das dívidas dos Estados e municípios.

Democratização dos meios de comunicação como princípio para a democratização da sociedade e legitimação do processo político representativo; instituição de mecanismos públicos não-estatais que assegurem a livre circulação de idéias e opiniões dos vários setores da sociedade.

Reforma democrática do Judiciário assegurando sua modernização, a rápida solução dos pleitos, a redução das instâncias recursais, o acesso do pobre e do cidadão comum à proteção jurisdicional que é dever do Estado. Controle externo. Veto à súmula vinculante.

Regulamentação das medidas provisórias visando a limitar sua edição a questões especiais, urgentes e relevantes que compro-

vadamente digam respeito à soberania econômica do país e à estabilidade social.

Reforma política democrática que assegure o financiamento público das campanhas eleitorais, democratize o acesso dos partidos aos meios de comunicação, assegure a ampla liberdade de organização partidária e o pluralismo ideológico.

Controle público e direto, pela sociedade civil, dos serviços de empresas concessionárias, para que cumpram com sua destinação pública.

Defesa do trabalho e dos direitos sociais

Política de emprego e combate ao desemprego. Programas emergenciais descentralizados de combate à fome e às calamidades sociais, particularmente à seca do Nordeste, alimentados, de um lado pela ampliação dos investimentos públicos, de outro pelos resultados do combate à sonegação e à corrupção, com a redução drástica dos subsídios a grandes empresas. Reforma administrativa que elimine vantagens e privilégios nas estruturas mais elevadas da administração pública nos três poderes, e aumente a eficiência do aparelho público.

Aumento emergencial e substantivo do salário mínimo.

Reforma agrária imediata e massiva; política agrícola de estímulo ao pequeno e médio produtor.

Reforma urbana que assegure moradia decente a todos os trabalhadores.

Reestruturação da saúde e da educação, baseada nos princípios da universalidade e da equidade.

Defesa do ensino público gratuito, universal e de alta qualidade; retomada da pesquisa e do desenvolvimento tecnológicos como prioridades. Fortalecimento da universidade pública. Universalização do ensino de primeiro e segundo graus.

Nova orientação para o modelo de financiamento da previdência social, tendo como base a solidariedade entre gerações. Recuperação dos fundos de poupança dos trabalhadores para aplicações de interesse social.

Luta contra a corrupção

Política nacional de combate à corrupção e à impunidade, levando as investigações até às últimas conseqüências. A corrupção é elemento constitutivo da desigualdade social e seu combate não pode ser confundido com o falso moralismo da direita. Será tarefa primordial das forças democráticas brasileiras.

O Brasil precisa de um governo que seja capaz de liderar o país na direção destes objetivos programáticos, para construir uma nação justa.

O Movimento Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho

O governo FHC e sua política conservadora estão em conflito com a vontade da nação. Daí deriva grave crise política cujos desdobramentos podem ameaçar o processo democrático e a vida institucional. Uma vez mais, a direita, responsável pela crise, prepara-se para impor ao país sua própria alternativa, com seus métodos e seus personagens. Só a organização de todo o povo brasileiro, só sua presença nas ruas, sua mobilização permanente podem impedir um novo golpe contra os interesses nacionais e populares.

A situação é emergencial.

Ou o povo brasileiro toma em suas mãos o destino do País e promove uma mudança de rumo, ou a nossa pátria estará condenada à violação ainda mais brutal de sua soberania e à deterioração ainda maior da vida de seu povo.

Por isso e para assegurar a democracia, os que assinam este Manifesto, e o fazem por uma opção ética em defesa do povo e do futuro do país, propõem a criação de um Movimento Cívico em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho para a construção de um governo de feição democrática e popular, capaz de assegurar um rumo progressista para o país e recuperar a confiança do povo em seu destino.

Por isso, em momento tão grave da vida nacional, dirigimo-nos a todos os democratas, aqueles que amam verdadeiramente o Brasil e anseiam pelo progresso e pela justiça social. Convocamos todas as forças políticas progressistas, as lideranças intelectuais, científicas e acadêmicas, sociais e políticas, as entidades representativas dos diferentes segmentos da população, a todos os profissionais, aos empresários, a todos os trabalhadores das cidades e do campo, aos líderes sindicais e estudantis, e aos jovens em geral, às donas de casa, aos brasileiros de todas as crenças e religiões, a se unirem conosco neste verdadeiro esforço de salvação nacional.

Este Movimento Cívico em Defesa do Brasil, que hoje se constitui em plano nacional, é entregue à vontade e ao engenho dos brasileiros, que saberão organizá-lo em todos os Estados da Federação, em todos os municípios, no campo e nas cidades, nas fábricas e nas escolas, nas vilas e nos bairros, onde quer que pulse a alma nacional, onde quer que se encontre um patriota.

A nação não será destruída. O destino do povo não será trapaceado.

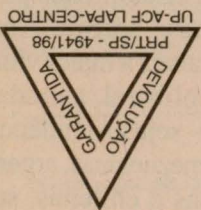
Nossa juventude tem o direito de poder acreditar no seu futuro e no futuro do Brasil, no futuro de um mundo melhor, que saberá construir.

Nós nos levantaremos.

Vamos nos reunir, todos os que não nos acomodamos. Vamos somar nossas forças e vamos vencer.

Viva o Povo Brasileiro.

Veja a íntegra do documento na Internet:
<http://www.pcdob.org.br>



IMPRESSO

CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA